



UNIVERSIDADE POLITÉCNICA  
A POLITÉCNICA  
INSTITUTO SUPERIOR ABERTO

**Tema:**

O PAPEL DA SADC NA INTEGRAÇÃO ECONÓMICA DOS PAÍSES DA REGIÃO AUSTRAL DE  
ÁFRICA

**Natércia Rosália Maúngue Chissaque**

Maputo, 2021

**Natércia Rosália Maúngue Chissaque**

Protecção Jurídica do Consumidor no Comércio Electrónico: Uma Análise no Contexto Moçambicano.

Monografia apresentada ao Instituto Superior Aberto – ISA, da Universidade Politécnica – A POLITÉCNICA, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Ciências Jurídicas.

Tutor: Mestre Mouzinho Nicols

Maputo, 2021

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Declaro que este trabalho nunca, na sua essência foi apresentado para a obtenção de qualquer grau acadêmico e que ele constitui minha investigação pessoal, estando indicadas no texto e na bibliografia as fontes que utilizei.

---

**Natércia Rosália Maúngue Chissaque**

“ Não é a terra que é frágil. Nos é que somos frágeis.  
A natureza tem resistido a tantas catástrofes  
muito piores do que as que produzimos.  
Nada do que fizermos destruirá a natureza.  
Mas podemos facilmente nos destruir.”

*James Lovelock, ambientalista*

## **AGRADECIMENTOS**

A prior agradeço a Deus, o criador e todo-poderoso, pelo dom da vida e em segundo lugar agradeço a minha família pelo contributo material e espiritual até a materialização deste objectivo. E a ela que vai o meu apreço pelo seu conforto, incentivo, pela paciência que tiveram por me suportarem até a materialização deste propósito.

Palavras de muito agradecimento e reconhecimento endereço ao meu supervisor o Mestre Mouzinho Patrício James Nicol's pela abnegada orientação durante a pesquisa para a concretização do presente Trabalho de Fim do Curso.

Agradeço aos meus docentes do Curso de Ciências Jurídicas, pelos ensinamentos e conselhos transmitidos durante o curso.

Menção especial à Direcção da Universidade a Politécnica, aos colegas de batalha a formação, que me apoiaram para me dedicar aos estudos.

Finalmente, agradeço a todos que de forma directa ou indirectamente contribuíram para a materialização deste sonho.

A todos, o meu MUITO OBRIGADO!

## **DEDICATÓRIA**

Dedico o presente trabalho a Deus por me ter trazido ao Mundo  
e por motivar-me a realizar este sonho  
e por ser o pilar desta meta.

**LISTA DE ABREVIATURAS**

FMI.....Fundo Monetário Internacional

p.....página

ss.....seguintes

## Índice

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE .....	i
AGRADECIMENTOS .....	iii
DEDICATÓRIA .....	iv
LISTA DE ABREVIATURAS .....	v
CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO .....	1
1.1. Contextualização .....	3
1.2.O problema a ser investigado .....	6
1.2.1. Formulação do problema .....	6
1.3.A pergunta a ser investigada as hipóteses a considerar .....	8
1.3.1. Formulação da Pergunta a investigar .....	8
1.3.2. Perguntas investigativas.....	9
1.3.3. Formulação das Hipóteses .....	9
1.4. Metodologia de investigação .....	10
1.5.Constrangimentos previstos na investigação .....	10
1.5.1. As limitações previstas .....	11
1.6.Delimitações .....	11
1.7.Objectivos da investigação .....	12
1.7.1. Objectivo Geral.....	12
1.7.2. Objectivos Específicos.....	12
1.8.Perguntas investigativas.....	12
1.9.Relevância do tema .....	13
1.10. Estrutura do Trabalho.....	13
CAPÍTULO II: REFERENCIAL TEÓRICO.....	14
2.1. Integração Regional: Conceito .....	15
2.2.Benefícios da Integração.....	17

CAPITULO III: INTEGRAÇÃO EM ÁFRICA .....	20
3.1. Quadro geral .....	20
3.2. SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral .....	22
3.2.1. Antecedentes históricos .....	22
3.2.2. Alvos e desafios da SADC.....	24
3.2.3. Sobreposição e concorrência.....	25
3.2.4. A heterogeneidade das economias .....	27
3.2.4.1. A Coexistência da UAAS e da SADC .....	29
3.2.4.2. Nível de desenvolvimento dos membros .....	30
3.2.4.3. O tribunal da SADC.....	31
CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS PAÍSES DA REGIÃO .....	33
4.1.Ponto de partida.....	33
4.2. Desempenho dos países .....	34
4.2.1. Botswana.....	34
4.2.2. África do Sul .....	37
4.2.3. Namíbia.....	39
4.2.4. Madagáscar .....	40
4.2.5. Maurícias .....	42
4.2.6. Zâmbia .....	43
4.2.7. Malawi .....	44
4.2.8. Moçambique .....	46
4.2.9. Tanzânia.....	48
4.2.10. Zimbábue .....	50
CONCLUSÃO .....	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	58

## **CAPÍTULO I: INTRODUÇÃO**

Na Linguagem corrente a palavra integração significa a junção de várias partes numa só, fazendo um todo. Na literatura económica a expressão integração económica não tem significado tão claro. Alguns autores incluem a integração social neste conceito, outros consideram várias formas de cooperação internacional e tem sido mesmo utilizado o argumento de que a mera existência de relações comerciais entre economias nacionais independentes é um sinal de integração.

Se olharmos a integração económica como um processo e uma situação, ela implica, por um lado, a aplicação de medidas destinadas à abolição de discriminação entre unidades económicas de diferentes Estados; e pode corresponder à ausência de várias formas de discriminação entre economias nacionais, por outro. Seja, os processos de integração económica são conjuntos de medidas de carácter económico e comercial que tem por objectivo promover a aproximação e, eventualmente, a união entre as economias de dois ou mais países.

É nesta senda que durante a década de 1980, em vários lugares do mundo, surgiram iniciativas de integração regional no contexto da crescente liberalização do comércio, interdependência e do fenómeno da globalização. De forma geral, os países adoptaram estratégias conjuntas de carácter político e económico, para enfrentar os vários desafios resultantes da sua política comercial com o propósito de reduzir ou eliminar as barreiras comerciais, de acordo com a teoria do comércio internacional.

Assim, teve início o processo de mudanças estruturais nos níveis político, económico e social que tornaram a integração regional indispensável em diversas partes do mundo. Neste contexto, assiste-se uma proliferação de blocos regionais. Na Europa foi criada a União Europeia (UE), na América do Sul surgiu o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), na América do Norte a NAFTA, na Ásia, a ASEAN, em África incluem a Comunidade da África Oriental (CAO) na África Oriental, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) na África Ocidental, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) na África Central, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercado Comum para a África Oriental e Austral (MCAOA) na África Austral e Oriental.

Para o nosso caso, há que recordar que o fim do apartheid na África do Sul criou condições propícias para a cooperação política e económica regional e isto culminou na transformação da Conferência de Coordenação de Desenvolvimento da África Austral (SADCC) em SADC em 1992 e, subsequentemente, na adesão da África do Sul a esta última em 1994.

Desde o seu início, a SADC teve um carácter essencialmente político. Seu antecessor, SADCC, foi estabelecido em 1980 com o objectivo de reduzir a dependência económica da região da África do Sul, promovendo uma integração regional equitativa, gerando recursos para a implementação de políticas nacionais e interestaduais e angariando apoio internacional para a estratégia de libertação económica. Representou uma resposta colectiva por parte do Estado da Linha de Frente à devastação das actividades de desestabilização regional do Estado do apartheid.

A SADC foi estabelecida através do Tratado da SADC e da Declaração de Windhoek de 1992, que afirmou a intenção da organização de estabelecer um quadro de cooperação (Meys, 1997:167): como o seu envolvimento em países propensos a crises, como Lesoto, Malawi, Zimbabwe e República Democrática do Congo destacou, a SADC também se preocupou com questões de desenvolvimento político e segurança regional.

Conforme elucidam Haffner e Mampava (2010:1), o processo de integração na África Austral foi realizado com características específicas dos países da região tendo, como principal alicerce, a proximidade geográfica dos países que iriam integrar o bloco e devido às questões culturais que os uniam, o que implicaria numa manutenção dos laços económicos entre os países africanos.

Nesse sentido, foi estabelecida uma agenda com metas que deveriam ser alcançadas por etapas para atingir a integração dos países associados. As metas estabelecidas pela SADC para a liberalização do comércio segundo o Ministério da Indústria e Comércio (MIC, 2003:1) foi a criação da zona de livre comércio em 2008, a criação de uma união aduaneira, onde as negociações deveriam ser concluídas até 2010, o estabelecimento do mercado comum da SADC, com negociações concluídas até 2015 e a união monetária, com a introdução da moeda única em 2018.

## 1.1. Contextualização

A importância da cooperação e integração económica regional como meio para acelerar e consolidar o desenvolvimento económico e social é reconhecida pelos decisores africanos (Lebale *et al.*, 2009). A era pós-independência forçou os governos africanos a abraçarem a ideia de integração regional, inicialmente por razões políticas e mais tarde como uma estratégia de desenvolvimento para superar os desafios de pequenos mercados, falta de litoral e para se beneficiar de economias de escala na produção e no comércio.

O mundo globalizado de hoje, bem como o risco de África de uma maior marginalização em um mundo multipolar dominado por blocos comerciais na América do Norte, Europa, Sudeste Asiático e China, apresentaram a integração económica regional africana como um imperativo (Madyo, 2008), para ultrapassar as assimetrias económicas que lhe são impostas pelo comércio internacional.

Como já se disse, os Estados africanos celebraram vários acordos de integração, e como defende Alemayehu e Haile (2002), actualmente não há nenhum país na África que não seja membro de pelo menos um grupo económico regional.

É neste contexto que a SADC foi projectada, sendo ela um bloco político e económico constituído por países da região austral do continente africano, fundado na Cidade de Lusaka na Zâmbia a 01 de Abril de 1980, composto por 15 países da África Austral (região sul do continente africano) com o objectivo de reduzir as assimetrias económicas dos países da região em relação ao regime do *apartheid* que governava a República da África do Sul (RSA).

Depois de concluído o processo das independências africanas e com a queda do regime do *apartheid*, os países reuniram-se na Cidade de Gaborone no Botswana e fundaram a SADC, que passou a ter como objectivo a integração e cooperação económica dos países da região, que para além do crescimento e desenvolvimento, o bloco visa outras metas como a de defesa nacional e a protecção da cultura e dos recursos ambientais, sendo alguns dos seus princípios voltados às necessidades da comunidade, como direitos humanos, democracia, paz e segurança, solidariedade e igualdade a todos os Estados-membros (Penna Filho, 2000).

A forma de integração vigente num grupo de países ou região varia de acordo com os objectivos dos países que se propõem a se integrar. As bases para qualquer processo de integração são medidas de cariz comercial, pois são elas que conduzem, efectivamente, a uma real integração económica, que normalmente, se manifesta nas seguintes formas:

- i. Pelo estabelecimento de uma zona de livre comércio, envolvendo a remoção de barreiras tarifárias e não tarifárias;
- ii. Pelo estabelecimento de uma união alfandegária pela qual todas as restrições ao comércio e ao movimento de agentes dentro da área são removidas;
- iii. Pela harmonização de políticas económicas, monetárias, fiscais, sociais e outras políticas sectoriais; e
- iv. Pelo desejo de promover uma frente comum de defesa e segurança.

A SADC, a semelhança de outras integrações económicas, persegue concretamente, na busca de zonas de comércio livre, que se traduz na forma de integração mais simples e que implica um menor envolvimento dos países membros. Consiste num acordo em que os países membros aceitam abolir entre si todos os direitos aduaneiros e restrições quantitativas ao comércio de mercadorias. No entanto, cada país é livre de manter as suas pautas próprias e as restrições quantitativas que entender em relação a países não membros. Seja, cada país mantém as suas tarifas em relação a países terceiros e, à partida, essas tarifas não são iguais.

Num outro estágio, espera alcançar a sua união aduaneira, como a forma de integração mais avançada que implica um maior comprometimento dos países-membros. A união aduaneira, para além de eliminar os direitos aduaneiros e das restrições no que se refere aos movimentos de mercadorias no interior da união, obriga à aplicação da mesma estrutura tarifaria em relação às mercadorias vindas do exterior. Isto significa que cada país-membro terá de adoptar com terceiros uma pauta exterior comum.

Por outro lado, também almeja atingir a forma mais elevada da integração económica, que é o do mercado Comum. Nesta integração, as partes abolem, não só as restrições ao livre movimento de mercadorias, mas também as restrições aos movimentos dos factores produtivos,

trabalho, empresa e capital. O avanço para esta forma de integração exige a adopção de um conjunto de medidas que permitam:

- i. A mobilidade efectiva dos trabalhadores e a sua fixação no país que lhe proporcione maiores vantagens profissionais;
- ii. A fixação de empresas onde as condições forem mais vantajosas (credito mais barato, menor burocracia, disponibilidade de força de trabalho qualificada, etc.);
- iii. O livre acesso às fontes de capitais em todos os Estados-membros, quer por parte das empresas, quer por parte dos particulares.

Ora, a criação do grande mercado interno unificado visa possibilitar a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais. Mas isso exige a supressão de numerosas barreiras e entraves para conseguir harmonizar as legislações e regulamentações dos diversos Estados-membros, que pode culminar com a sua união económica, tida como a forma de integração mais elaborada e que exige dos países-membros um elevado grau de comportamento, pois que, para além da supressão das restrições aos movimentos de mercadorias e factores de produção, associa a harmonização das políticas económicas nacionais, de forma a acabar com as discriminações resultantes das disparidades existentes entre essas políticas.

Seja, a adopção de políticas económicas e sociais visa alcançar uma maior convergência económica e social, particularmente a redução do desnivelamento entre as regiões mais desfavorecidas e as que acusam atraso económico ou que se encontram em crise.

E ultrapassadas essas fases, é que se pode alcançar aquilo que a doutrina denomina de integração económica (União económica e monetária), que pressupõe, para além da harmonização de algumas políticas económicas, a unificação das políticas monetárias, fiscais, sociais e exige o estabelecimento de uma autoridade supranacional, cujas decisões sejam obrigatórias para os Estados-membros, estando perante uma integração económica total.

Ora, a adopção de políticas comunitárias comuns em substituição das políticas nacionais tenderá para a integração política. Muitas decisões passarão a ser tomadas por órgãos comunitários, passando a impor aos governos nacionais, cujos poderes ficarão mais limitados.

## **1.2.O problema a ser investigado**

Um problema, em qualquer área de conhecimento humano e científico, é uma questão não resolvida, objecto de discussão. Porém, nem todo o problema é passível de tratamento científico.

### **1.2.1. Formulação do problema**

A década de 1990 trouxe importantes mudanças para o continente africano, especialmente para a África Austral, que impulsionaram o processo de integração regional, como, os processos de democratização, a resolução de conflitos e guerras civis, e, na arena internacional, o fim da Guerra Fria e a dissolução da União Soviética. Essas mudanças permitiram maior colaboração entre os Estados nas questões políticas e de segurança. (Jamine, 2009; Schütz, 2014).

As mudanças citadas acima permitiram aos países se concentrar nos esforços de desenvolvimento, assim, em 17 de Agosto de 1992 os Chefes de Estado da SADCC assinam a declaração e o Tratado *Southern Africa Development Community*, a SADC, na cidade de Windhoek, na Namíbia. Esse tratado dava estatuto jurídico à Comunidade com obrigações por parte dos Estados e estabelecia a criação de seis órgãos: a Cúpula dos Chefes de Estado e Governo, o Conselho dos Ministros, as Comissões, o Comité Permanente de Oficiais, a Secretaria e o Tribunal (Schütz, 2014).

Actualmente, a SADC possui dezasseis membros<sup>1</sup>, sendo os objectivos que constam no Tratado da SADC, divididos por Cilliers (1999) em três categorias: política e segurança, desenvolvimento económico e geral/outros. Na categoria de política e segurança estão, (1) a promoção e defesa da paz e segurança, e, (2) evolução dos valores políticos comuns, sistemas e instituições.

Segundo Murapa (2002), o tratado da SADC estabeleceu diversos protocolos que visavam o aumento da integração nas áreas de comércio, educação, energia e turismo. Sendo o de comércio, o mais importante, que precisou de dois terços dos membros para ser efectivado e tinha como objectivos: (i) liberalizar mais o comércio de bens e serviços através de acordos

---

<sup>1</sup> África do Sul, Angola, Botsuana, Maurício, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Moçambique, Namíbia, República Democrática do Congo, Seicheles, Eswatini, Tanzânia, Zâmbia, Zimbábue e União das Comores.

justos, mutuamente benéficos e complementados por outros protocolos garantindo uma produção eficiente e reflectindo as vantagens comparativas dos países; (ii) melhorar os investimentos entre as fronteiras e externos; (iii) estimular o desenvolvimento económico, diversificação e industrialização; (iv) intensificar a integração regional por meio do aumento do comércio na região facilitando o comércio entre os países.

É nesta perspectiva que se insere essa sub-região, hoje agarrada numa visão económica, com os seus alicerces já abertos, com pedras disponíveis para a construção deste edifício, conseqüentemente, vemo-nos confrontados com o desafio de conciliar a forma de gerir as nossas sociedades e valores internos de cada país membro, por um lado, e a necessidade de nos integrar, formando uma única família comunitária, por outro.

Até recentemente, a estratégia adoptada de integração regional baseava-se na premissa da existência de um censo comum entre todos os países da África Austral em termos de objectivos a seguir. Mas há acontecimentos que sugerem o contrário.

Hoje a SADC enfrenta vários desafios cruciais rumo ao propalado projecto de integração. Do conjunto, podemos retirar alguns destes desafios para sustentar o título deste trabalho. Alguns destes desafios de hoje foram e são tidos como o factor catalisador e impulsionador do projecto, tanto na visão SADCC como na visão SADC.

A aproximação geográfica, tida como o factor catalisador deste projecto, hoje é um desafio evidente. Outro desafio não menos importante tem a ver com o grande contraste entre os níveis de desenvolvimento económico existente entre os países a integrar. Por fim, a pobreza que assola o grosso da população da região. Este desafio, é ao nosso ver, é o maior “pedregulho” que está no percurso deste sonho integrador, pese embora os visionários deste projecto vejam a proximidade geográfica como um ponto forte. Mas na verdade é um dos factores que trás consigo um conjunto de obstáculos nada fáceis de transpor. O factor vizinhança faz com que haja “vasos comunicantes” entre os problemas que afectam cada um dos países (Nicols, Mouzinho, 2008).

Enfrentando problemas drásticos, os países vizinhos da África do Sul, por exemplo, com economias em estado muitas vezes caótico, sobrecarregam a economia mais estável e desenvolvida da região, que é a África do Sul. O reflexo mais visível do aspecto geográfico é a

imigração constante, em especial de mão-de-obra não-qualificada, para aquele país. A questão revela-se ainda mais dramática se consideramos a gravidade do desemprego para os próprios sulafricanos, com índices em torno de 40%. Esta sobrecarga já deu sinal drástico visível.

A pobreza e o subdesenvolvimento nublam esta visão regional enquanto existir a disparidade económica que ocorre não apenas entre a África do Sul e os demais, mas também – embora em escala menor – entre os outros membros da região. Esta disparidade dá indicações claras que a situação é frágil.

A coisa não fica por aqui. O sonho muda de figura com a crise no vizinho Zimbabwe. Os problemas que o Zimbabwe enfrenta hoje estão na berlinda, sem horizonte e sem frutos esperados dentro dum curto espaço de tempo. A tendência do senso comum cataloga o caso como perdido, algo desgastado com todo o seu estado de coisas negativas para a região.

A xenofobia idem. Com o seu cordão umbilical preso ao problema da imigração. Este problema, embora Thabo Mbeki, ex-Presidente sul-africano, tenha qualificado os ataques contra estrangeiros nos subúrbios do seu país em Maio de 2008 de “puras actividades criminosas” e não actos de xenofobia, este acto engrossa a lista de dificuldades que nublam a pretensão de se integrar à região. Independente da sua nomenclatura, este acto hediondo empurrou parte dos cidadãos desta região a estar de costas voltadas uns contra os outros.

### **1.3. A pergunta a ser investigada as hipóteses a considerar**

#### **1.3.1. Formulação da Pergunta a investigar**

A pergunta a investigar é formulada de modo a compreender o problema a ser investigado com maior foco e detalhe para se poder encontrar uma resposta para a solução ou mitigação do mesmo. Uma correcta definição da pergunta a investigar ajuda a manter a investigação centrada na busca da solução do problema a ser investigado.

Assim, de forma a compreender melhor o problema a ser investigado, e mais especificamente de que forma a SADC responde pelos objectivos da sua criação, formulou-se a pergunta a investigar que se lê como abaixo se indica:

*“Até que ponto a SADC joga o seu papel na consolidação da assimetria económica dos Estados membros?”*

### **1.3.2. Perguntas investigativas**

As perguntas investigativas são questões que se colocam para ajudar a compreender a pergunta a investigar, sendo um instrumento muito importante na investigação, pois, contribuem para que o investigador não perca foco na condução da pesquisa.

Dada a sua importância, as perguntas investigativas devem ser definidas e colocadas de forma clara e orientadas para o objectivo da investigação. Assim, para o tópico em investigação, as seguintes perguntas podem ser consideradas adequadas para o trabalho:

- a. Qual a vantagem que os Estados membros da SADC têm com a integração;
- b. Qual a desvantagem que os Estados membros da SADC têm com as assimetrias económicas;
- c. Será que a SADC tem respeitado a legislação da organização no que concerne as fases da integração;
- d. Qual o maior problema que a SADC enfrenta.

### **1.3.3. Formulação das Hipóteses**

De acordo com Leed e Ormond (2001:60), hipóteses são tentativas para orientar a investigação sobre um dado problema, ou para providenciar possíveis explicações para as observações feitas. Para estes autores, o conceito Hipótese como uma suposição lógica, um raciocínio coerente ou uma conjectura bem-feita.

Hussey & Hussey (1997:126), acrescenta que as hipóteses a considerar devem ser formuladas de forma a identificar as variáveis dependentes e as variáveis independentes que facilitarão a formulação das hipóteses.

Neste contexto, podem ser definidas as seguintes hipóteses de trabalho:

**H(0):** A SADC desempenha um papel preponderante na integração económica dos países da região Austral de África, para o desenvolvimento dos Estados membros.

**H(1):** A SADC não desempenha um papel preponderante na integração económica dos países da região Austral de África, para o desenvolvimento dos Estados membros.

#### **1.4. Metodologia de investigação**

Para se definir a metodologia a ser utilizada, é preciso definir primeiro o problema e a pergunta a serem investigadas, assim como o âmbito do paradigma dessa investigação. Para Selltiz (1975), pesquisas têm como objectivo genérico de aumentar o conhecimento da sociedade sobre determinado fenómeno. Podem atingir o meio académico de formas diversas, aumentando a familiarização com o fenómeno, a partir do qual se podem levantar hipóteses e problemas a serem pesquisados; observando a frequência com que o fenómeno ocorre e verificando alguma hipótese com ele relacionada.

Este trabalho de investigação terá como foco o Papel da SADC na Integração Económica da Região Austral de Africa, fenómeno de variáveis a serem aprofundadas e exploradas. A análise depende da consideração de vários elementos legais, onde se pode perceber a necessidade de uma pesquisa mais ampla, abordando conceito legal e doutrinalmente previsto.

Para o apuramento dos factos para o papel da SADC, propõe-se conduzir uma investigação descritiva e analítica para a compreensão da problemática tal qual se apresenta, e faz também um estudo exploratório para a obtenção da lógica da integração económica.

Segundo Vergara (1998), a investigação exploratória é realizada em áreas na qual há pouco conhecimento acumulado e sistematizado. Por sua natureza de sondagem, não comporta hipóteses que, todavia, podem surgir durante ou durante a pesquisa. Para Gil (1991), os estudos exploratórios constituem-se na primeira etapa de uma investigação mais ampla. São desenvolvidos quando o tema é pouco explorado e torna-se difícil formular hipóteses precisas e operacionalizáveis sobre ele.

Todo trabalho será suportado por pesquisa bibliográfica.

## **1.5. Constrangimentos previstos na investigação**

### **1.5.1. As limitações previstas**

O trabalho científico é comprovadamente uma ferramenta poderosa, mas tem suas limitações. Essas limitações se baseiam no facto de uma hipótese precisar ser possível de teste e de refutação, que experiências e observações precisam ser passíveis de repetição. Os constrangimentos que podem ser encontrados durante o processo de investigação podem ser resumidos nos seguintes:

- Dificuldade na recolha de informação;
- Falta de dados sobre o real dano causado pelos constantes cortes de fornecimento de energia eléctrica;
- Resistência a mudança dos actores envolvidos no processo.

## **1.6. Delimitações**

Antes da recolha de dados objecto de pesquisa é preciso delimitar espacialmente e temporalmente onde a investigação será conduzida.

Um primeiro critério é o espacial sendo preciso delimitar o “locus de observação”, ou seja, o local onde o estudo será conduzido.

Outro critério de delimitação é o temporal que, de acordo com Gil (2004:162) é o período em que o fenómeno a ser observado será circunscrito. Foi definida a realização da presente pesquisa, situando no percurso da organização tendo em atenção os desafios do tempo presente.

## **1.7. Objectivos da investigação**

### **1.7.1. Objectivo Geral**

O objectivo geral define o que se pretende alcançar com a realização da pesquisa. Se o problema é a questão a investigar, o objectivo geral é o resultado a alcançar. O objectivo geral, se alcançado, dá resposta ao problema definido. O objectivo geral seria a resolução do problema definido.

- No geral, o objectivo global do trabalho em alusão é a reflexão em tornos dos objectivos da SADC rumo a uma efectiva integração regional.

### **1.7.2. Objectivos Específicos**

Os objectivos específicos são “metas menores” que, ao serem alcançados conjuntamente, acabarão permitindo atingir o objectivo geral do trabalho. Os objectivos específicos seriam a forma de captar dados para edificar uma solução. Os nossos objectivos específicos são:

- i. Contribuir para uma melhor percepção sobre o projecto da integração regional da SADC;
- ii. Reflectir sobre as consequências das assimetrias económicas;
- iii. Analisar o impacto da xenofobia na população regional e
- iv. Reflectir sobre o ambiente de negócio na região e o nível da sua implementação.

## **1.8. Perguntas investigativas**

- Quais são os instrumentos de integração económica criados pela SADC?
- Qual é o nível de implementação dos instrumentos de integração económica criados pela SADC pelos países da região?

## **1.9. Relevância do tema**

As bases para qualquer processo de integração são medidas de cariz comercial, pois são elas que conduzem, efectivamente, a uma real integração económica, atendendo que o objectivo fundamental do protocolo da SADC é a promoção da economia regional com base no comércio.

Essa promoção da economia pressupõe a redução de barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, implicando o desvio das importações de países terceiros para os da região, permitindo assim o desenvolvimento económico regional sustentável.

Mesmo existindo alguns constrangimentos e barreiras que travam o almejado projecto de integração, que deve ser analisado com olhos postos no principal protocolo - o comercial, para melhor compreensão dos desafios que os Estados membros enfrentam para a concretização do projecto de integração regional.

Assim, acreditamos que ao se olhar na SADC e na implementação deste protocolo, que pressupõe que cada país signatário faça ofertas tanto em termos de eliminação de barreiras não tarifárias como as tarifárias, consistindo na redução gradual dos impostos aplicados aos produtos importados.

Por isso, a presente pesquisa mostra-se de suma importância na medida em que trará de informações pertinentes para perceber o papel desempenhado pela SADC na integração económica dos países da região Austral de África, bem como a denotar os desafios enfrentados por esta organização regional africana.

## **1.10. Estrutura do Trabalho**

O presente estudo encontra-se dividido em quatro capítulos. O I Capítulo, referente a Introdução, é tido como a parte genérica do estudo, onde de forma resumida se apresenta o contexto de surgimento da pesquisa, o problema, os objectivos da mesma, as perguntas de pesquisa e as hipóteses estruturantes. O II Capítulo é inerente ao referencial teórico e o quadro conceptual, onde apresentam-se as teorias que servem de alicerce para o trabalho e

consequentemente os conceitos fundamentais para o tema em análise. No III, a pesquisa diz respeito a metodologia, que é onde de forma detalhada explica-se os métodos e técnicas que serão usadas para materializar a pesquisa e justificação por detrás do uso dos mesmos. No IV, e último Capítulo do trabalho, é direccionado a análise e interpretação de dados colhidos relativamente ao papel desempenhado pela SADC na integração económica dos países da região austral de África.

## CAPÍTULO II: REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. Integração Regional: Conceito

Segundo Chingono e Nakana (2008), não há um conceito claro de integração, nem consenso sobre seu conteúdo e forma substantivos, muito menos acordo sobre paradigmas que devem informar. Mas, para Tanyanyiwa (2014), a integração regional pode ser geralmente definida como a união de nações para atingir um objectivo comum.

Na visão de Winter (1996), partilhada por Mengesha (2009), a Integração Regional (IR), ou mais grosseiramente, “regionalismo” é qualquer política destinada a reduzir as barreiras comerciais entre um subconjunto de países, independentemente destes serem realmente contíguos ou mesmo próximos uns dos outros, pese embora uma das características mais marcantes da integração económica internacional é que a grande maioria dos Acordos de Integração Regional, conhecida pela sigla AIR, envolvem países vizinhos (daí o termo “regional”)<sup>2</sup>.

Por fim, encontramos a definição dada por Mambara (2007), que servirá de base para a nossa pesquisa, que vê a integração regional como a formação de vínculos económicos mais próximos entre os países geograficamente próximos uns dos outros, especialmente por meio da formação de Acordos Preferenciais de Comércio (APC).

Ela também pode ser equiparada a uma equipe, onde pessoas de diversas origens, com formas únicas de pensar e personalidades diferentes se reúnem para trabalhar por forma a alcançar um objectivo comum<sup>3</sup>. Por isso, esse tipo de cooperação tornou-se muito popular em todo o mundo como uma forma pela qual os países podem superar pequenos mercados, reunir recursos e se beneficiar de economias de escala na produção e no comércio.

---

<sup>2</sup> Segundo Schiff e Winters (2003), as principais excepções são a Cooperação Económica Ásia-Pacífico (CEAP), o Grupo dos Três (o México não faz fronteira com a Colômbia ou a Venezuela), várias Áreas de Livre Comércio plurilaterais (a UE com a África do Sul, com o México e com o Chile) e Zonas de Comércio Livre (ZCL) bilaterais, como os entre Canadá e Chile, Chile e México, e Israel e os Estados Unidos.

<sup>3</sup> Como diz o famoso ditado Shona “*Chara chimwe hachitswanyi inda*”, que traduzido significa “*um dedo não pode destruir um piolho*”, seja, há muitos benefícios a serem obtidos quando as pessoas se reúnem em busca de um propósito comum. Também nessa gíria popular se pode equiparar o que poderá significar uma integração regional.

A IR sempre foi vista como a abordagem mais promissora para superar a balcanização económica de muitas partes do continente africano, por exemplo, onde as fronteiras coloniais na África dividiram-se antes de conectar espaços e redes económicas e, eventualmente, criaram uma colcha de retalhos de pequenas entidades económicas que são incapazes de superar a estreiteza e as limitações de seus mercados por si mesmas.

Dai, segundo a UNECA (2010), a integração regional aumenta a competição no comércio global e melhora o acesso a tecnologia, investimento e ideias estrangeiras. Por isso, os líderes africanos consideram-no assim um caminho importante para um desenvolvimento de base ampla e uma comunidade económica continental, de acordo com o Tratado que Estabelece a Comunidade Económica Africana (1991) e o Acto Constitutivo da União Africana (2000).

É dentro deste paradigma que Tomlinson (2008) argumenta que a integração e a cooperação regionais também oferecem possibilidades para garantir uma gestão muito melhorada e mais sustentável dos recursos naturais compartilhados - água e ecossistemas sensíveis, em particular, e para abordar de forma mais eficaz os bens comuns regionais, como doenças migratórias e mudanças climáticas.

Segundo Peters-Berries (2010), especialistas em desenvolvimento argumentam que os países africanos precisam formular, divulgar e defender seus interesses, muitas vezes semelhantes, em relação ao desenvolvimento global. Na sua visão, isso poderia ser alcançado mais facilmente se os países africanos não falassem mais como países individuais, mas como blocos regionais. Para ele, os países também celebram AIR a fim de aprimorar suas agendas políticas, ambientais e sociais.

Peters-Berries (2010) também defende que a integração regional pode atrair financiamento adicional para o desenvolvimento, pois os doadores às vezes estão mais dispostos a financiar projectos regionais do que projectos de desenvolvimento em países individuais. Isso é particularmente relevante para a integração regional em países ou regiões em desenvolvimento e

foi apresentado como uma visão pragmática e como resultado de experiências práticas (Peters 1987; Peters-Berries, 2010)<sup>4</sup>.

## 2.2. Benefícios da Integração

Quando os países se unem para formar blocos comerciais, a ideia é que esses países se beneficiem do livre comércio, eliminando todas as formas de barreiras ao comércio entre si. É neste diapasão que Alemayehu e Haile (2007) destacam que o ímpeto para a integração regional tira seu fundamento da teoria do comércio padrão, que afirma que o comércio livre é superior a todos os outros tipos de comércio.

No entanto, Alemayehu e Haile afirmam que, o livre comércio somente melhorará o bemestar dos países membros, desde que o acordo de integração regional leve a uma criação de comércio líquido. Tau (2000) postula que, embora as teorias de integração económica mostrem que a integração pode ter resultados positivos e negativos, as visões dominantes indicam que a integração regional pode melhorar o bem-estar dos Estados membros<sup>5</sup>.

Já Keane *et al.* (2010) observaram que há um debate acirrado em todo o mundo sobre os méritos dos acordos comerciais regionais. Os mesmos autores (Keane *et al.*, 2010) destacam ainda que, enquanto alguns anunciam tais acordos como trampolins para o livre comércio mundial, outros temem que essas iniciativas sejam obstáculos, agindo principalmente para desviar o comércio de outros países para aqueles países que recebem tratamento preferencial.

A teoria económica prevê que o livre comércio melhorará o bem-estar ao permitir que os cidadãos adquiram bens e serviços da fonte mais barata, levando à realocação de recursos com base na vantagem comparativa. Portanto, é tentador concluir que os arranjos de integração regional irão gerar ganhos de bem-estar (UNECA, 2010).

---

<sup>4</sup> Hoje, por exemplo, 38 dos 54 estados africanos têm populações de menos de 15 milhões de pessoas e um terço de todos os países africanos têm menos de 3 milhões de habitantes. A integração desses pequenos estados proporciona uma população maior e, portanto, uma base de demanda, permitindo que as indústrias se beneficiem de economias de escala e, portanto, eficiências na produção juntamente com mercados ampliados.

<sup>5</sup> Embora essas questões sejam essenciais para o futuro das relações comerciais mundiais, uma série de obstáculos impede que se chegue a um consenso sobre os efeitos dos acordos comerciais preferenciais. Todos os acordos formais de integração regional reduzem as barreiras (como tarifas) ao comércio entre os países membros.

A literatura sobre integração regional data de Como qualquer forma de liberalização, um efeito pretendido de um AIR é permitir que os produtores mais eficientes da região expandam a produção (e obtenham economias de escala) em benefício dos consumidores e em detrimento dos produtores menos competitivos. Isso é chamado de criação de comércio. Mas para Viner (1950) e Schiff e Winters (2003), os efeitos da integração regional sobre o comércio pode ser criação ou desvio de comércio.

Para estes autores, o desvio de comércio ocorre quando a remoção de tarifas dentro da região faz com que bens que antes eram importados de fora (da fonte global mais barata) sejam substituídos por bens mais caros produzidos dentro da região que podem ser vendidos por menos porque não precisam mais pagar qualquer direito de importação.

Na sua visão, os consumidores ainda ganham, embora menos, mas os governos perdem mais em receita tarifária e o país como um todo consegue obter menos importações para um determinado valor de exportação. Isso implica que a integração regional pode levar a mais comércio, embora esses fluxos podem nem sempre aumentar o bem-estar (Schiff e Winters, 2003).

Schiff e Winters (2003) postulam ainda que o efeito de bem-estar de um AIR sobre os membros do bloco como um grupo depende do equilíbrio entre a criação e o desvio de comércio. Para eles, recursos reais são economizados se a produção ineficiente for cortada através da criação de comércio, mas serão perdidos se as importações forem trocadas de fontes de parceiros de baixo custo para alto custo por meio do desvio de comércio.

Os efeitos da entrada em um esquema de integração regional podem ser divididos em efeitos estáticos e dinâmicos. Keane *et al.* (2010) destacam que os efeitos estáticos são o resultado da alocação de recursos em resposta às mudanças nos preços relativos, e os efeitos dinâmicos vêm de mudanças na eficiência, capacidade de explorar economias de escala e no nível de investimento e crescimento.

A UNECA (2004) postula que as semelhanças e diferenças dos países africanos podem tornar a integração e a cooperação regionais benéficas. Muitos países africanos compartilham recursos comuns<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Embora a maioria tenha recursos limitados, alguns têm trabalhadores bem treinados, alguns têm ricos depósitos de petróleo, alguns têm recursos hídricos adequados para geração hidrelétrica e alguns têm excelentes instituições acadêmicas e capacidade para melhorar a pesquisa e o desenvolvimento. Reunindo seus recursos e explorando suas vantagens comparativas, os países integrados podem conceber soluções comuns e usar os recursos de maneira mais eficiente para obter melhores resultados.

## CAPITULO III: INTEGRAÇÃO EM ÁFRICA

### 3.1. Quadro geral

Desde as suas independências, que iniciaram na década de 60, os países africanos têm buscado acordos de integração regional para acelerar o desenvolvimento económico, social e político. O esquema de integração, de primeira geração, foi motivado, em parte, pela visão política da Unidade Africana, como um meio de fornecer políticas de industrialização, em substituição das importações (Kritzinger, *s/d*).

A história mostra que as políticas de integração têm falhado nos países individuais. Os agrupamentos de integração tem razões para fazer tais arranjos, que, numa forma, se precipita no modelo da década de 1970 em que as primeiras experiências de integração não tiveram sucesso (William *et al.*, 1997; Mengesha 2009).

No entanto, nos finais da década de 1980, início de 90, a integração regional tornou-se novamente uma opção política atraente, tanto no mundo desenvolvido quanto em desenvolvimento.

Nesse sentido, desde o fim da guerra fria e com o surgimento de poderosos blocos comerciais, como o da União Europeia, tem havido um interesse renovado em África em relação à necessidade de criar mecanismos de integração económica regional fortes para promover o crescimento económico (Baldwin, 1997; Mengesha, 2009).

Os líderes e parceiros de África têm reconhecido o custo da fragmentação geográfica, política e económica do continente e isso tem aumentado a sua separação dos mercados internacionais, o que torna o continente insustentável em muitos aspectos.

Segundo dados do Banco Mundial, divulgados em 2008, alguns países africanos desfrutaram dos ganhos inesperados dos preços do petróleo historicamente altos, enquanto muitos outros lutam com a escassez de energia e apagões contínuos. Seja, a maioria sofre de escala insuficiente de produção e falta de competitividade internacional devido aos altos custos e baixa confiabilidade de transporte, energia e telecomunicações combinados com barreiras intraafricanas frequentemente proibitivas ao fluxo de bens, capital e pessoas.

Mengesha (2009) também chama a atenção para o facto de África ser confrontada com um nível de pobreza profundamente enraizado, participação mínima no comércio mundial e baixo ritmo de desenvolvimento em infra-estrutura e enfrentando desafios excessivos de pressões externas. Assim, segundo ele, garantir que a integração económica regional seja bem-sucedida em África é vital, esperando-se que ela venha a ajudar a aumentar o desenvolvimento económico e o crescimento no continente.

De acordo com Hatzenberg (2011), existe a nível continental uma forte convicção de que a integração regional irá acelerar o desenvolvimento e que a aspiração dos líderes africanos de integrar África, forneceu a justificativa para o Plano de Acção de Lagos (PAL)<sup>7</sup>.

A OCDE (2010) refere que o desejo de integrar as economias africanas numa base regional e, em última análise, continental é forte. É compartilhado entre as elites africanas e seus parceiros internacionais de desenvolvimento. Consequentemente, muitas iniciativas formais foram estabelecidas para promover este objectivo, sob a *umbrella* abrangente do plano da União Africana para alcançar um mercado comum continental até 2028<sup>8</sup>.

Os líderes africanos reconhecem a urgência de acelerar a integração de África, especialmente devido aos desafios do regionalismo numa época da globalização. Esta urgência reflecte-se nas várias iniciativas e no estabelecimento da Comissão da União Africana e na orientação das unidades da Comissão<sup>9</sup>.

Segundo a UNECA (2004), as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) para o sistema de comércio mundial aumentaram a competição global, assim como aumentaram as

---

<sup>7</sup> O PAL foi uma iniciativa da Organização da Unidade Africana (OUA), adoptada pelos Chefes de Estado em Abril de 1980, e visava aumentar a auto-suficiência da África e reduzir a dependência dos países ocidentais por meio da união de Estados africanos. Uma década depois, em 1991, o Tratado de Abuja foi assinado, proporcionando um forte apoio à agenda de integração africana. Este Tratado enfatizou a solidariedade africana, auto-suficiência e uma estratégia de desenvolvimento endógeno por meio da industrialização. Este tratado entrou em vigor em 1994 e prevê o desenvolvimento de uma Comunidade Económica Africana até 2028.

<sup>8</sup> Por isso, em Janeiro de 2012, os líderes africanos reunidos em Cimeira da União Africana sob o lema “Impulsionar o Comércio intra-africano” aprovaram um plano para criar uma Zona Continental de Comércio Livre (ZCLC) até 2017. A proposta ZCLC seria um componente chave da UA Estratégia para impulsionar o comércio dentro do continente em pelo menos 25-30% na próxima década (Centro Internacional para o Comércio e Desenvolvimento Sustentável, 2012).

<sup>9</sup> Para fazer avançar o processo de integração regional, os países africanos também adoptaram a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o quadro geral de desenvolvimento para a região, reconhecido pelas Nações Unidas e as suas agências e organismos globais como o G-8 países industrializados (UNECA, 2004).

apostas para a África. Por isso, Tanyanyiwa (2014) defende que o lento progresso nas recentes negociações comerciais multilaterais da OMC (no âmbito da Rodada de Desenvolvimento de Doha) parece ter, por sua vez, desencadeado ainda mais a criação e solução desses esquemas de integração económica regional<sup>10</sup>.

Se se recuar no tempo, por exemplo, na 33ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC que foi realizada em Agosto de 2013 no Malawi, de acordo com o ex-Presidente da União Africana, Dhlakama-Zuma, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEEAO) fez grandes progressos na circulação de empresários e MCAOA e CAO registou aumentos significativos no comércio intra-regional nos últimos anos<sup>11</sup>.

## **3.2. SADC - Comunidade de Desenvolvimento da África Austral**

### **3.2.1. Antecedentes históricos**

A SADC é composta por 16 Estados, nomeadamente; Angola, Botswana, Moçambique, Zimbabwe, África do Sul, Zâmbia, Lesoto, Maurícias, Namíbia, República Democrática do Congo, Madagáscar, Malawi, Seychelles, Eswatine, Tanzânia e Comores.

Inicialmente se denominava SADCC - Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral, criada em 1980, pelos seguintes estados que integravam a Linha da Frente,

---

<sup>10</sup> Nos níveis sub-regionais, os países também se comprometeram com vários AIR, e actualmente não há nenhum país em África que não seja membro de pelo menos um grupo económico regional (Alemayehu e Haile, 2008).

<sup>11</sup> Embora os AIR tenham um imenso potencial para países individuais e para o continente como um todo, seu sucesso em alcançar os objectivos pretendidos de aumentar o desenvolvimento económico e reduzir a pobreza nos Estados Membros tem sido mínimo. O comércio na Ásia duplicou entre 1995 e 2010, enquanto o comércio na África Subsaariana estagnou em apenas 2% do total mundial. As exportações africanas continuam altamente focadas em *commodities* - elas representam mais da metade das exportações subsaarianas em comparação com apenas cerca de 10% para a Ásia e economias avançadas. Apesar de vários compromissos para criar zonas de integração, a África continua a registar a menor percentagem de comércio em todo o mundo - apenas 12% das exportações totais ocorrem na África, em comparação com 25% na associação asiática e mais de 60% na União Europeia (Ko, 2013)

nomeadamente Angola, Botswana, Lesoto, Malawi, Moçambique, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe.

Esta organização tinha uma agenda meramente política e o seu objectivo específico era de reduzir a dependência económica da vizinha África do Sul, aquando da vigência do sistema do *apartheid*, numa altura em que este país ainda estava excluído do plano de integração (Hatzernberg, 2011). A estratégia original da organização centrava-se na promoção da cooperação em infra-estruturas e suas actividades principais eram a coordenação das iniciativas de desenvolvimento dos membros e assistência na obtenção de fundos para os seus projectos.

O Tratado de 1992, a SADC mudou de uma organização livre de estados membros em um arranjo juridicamente vinculativo para uma organização que facilita uma integração económica mais próxima entre os membros, que fez parte do esforço do continente para harmonizar as Comunidades Económicas Regionais (CER), que posteriormente estabeleceu a Comunidade Económica Africana (CEA), em 1991, no Tratado de Abuja.

No entanto, com o fim do *apartheid* na vizinha África do Sul, em 1990, a SADCC tornou-se Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), em 1992, com uma agenda mais económica de integração de mercados e um objectivo de melhorar os meios de subsistência da sua população e incrementar o comércio regional (SADC, 2008). Com uma população total de 248 milhões, onde o rendimento combinado era estimado em cerca de USD 432 bilhões.

Hoje a SADC está empenhada na integração regional e na erradicação da pobreza na região através do desenvolvimento económico e garantia da paz e segurança (SADC, 2012). Fontes da organização, tornados públicos em 2008<sup>12</sup>, referem que a África do Sul é a maior economia com um PIB de US \$ 282 bilhões, representando 65% do mercado total da região (SADC, 2008).

Refira-se que esta organização regional enfrentou vários desafios para alcançar os seus objectivos de crescimento económico e redução da pobreza.

---

<sup>12</sup> [www.sadc.int/member-states](http://www.sadc.int/member-states).

### 3.2.2. Alvos e desafios da SADC

O maior desafio da SADC é a pobreza dos seus membros causada pelos baixos níveis de comércio entre os Estados, situado em cerca de 15%<sup>13</sup>. Por isso, Kalenga (2012) defende que a SADC falhou em atingir seus objectivos de aprofundar a integração regional, uma vez que a região, mesmo tendo um potencial de usufruir as suas terras aráveis para o cultivo, deve começar a usar os sistemas de irrigação modernos que possam ajudar na redução da dependência da agricultura de sequeiro.

No presente, menos de 20% das terras aráveis na região estão a ser cultivadas e apenas 10% da água disponível é usada para irrigação, apesar de existir um potencial hidroeléctrico estimado em cerca de 142.000 Megawatts ao ano, e a região está a explorar apenas 7% deste potencial.

Embora se reconheça que o estabelecimento de blocos regionais sejam necessários para fornecer um baluarte contra a pobreza e as economias poderosas fora da região, o principal motivo foi a integração das economias nas respectivas regiões, onde as conquistas foram superadas pelos desafios.

Por isso, Hartzenberg, (2011:14) entende que há governos africanos que concluíram um grande número de acordos de integração regional, onde vários dos quais têm uma sobreposição significativa de membros, facto que sobrecarrega a organização. Embora haver registo de metas ambiciosas, a região têm também um fraco registo de implementação.

Para World Economic Forum *et al.* (2011), o problema está no paradigma da integração linear do mercado, marcada pela integração gradual dos mercados de bens, trabalho e capital e, eventualmente, integração monetária e fiscal.

O bloco regional definiu metas que para atingir e não conseguiu alcançados, facto confirmado por Hancock (2010:13), que argumenta haver avanços em alguns sectores, com a definição de metas, “mas mal conseguiu concretizar essas metas”, uma vez que algumas metas foram perdidas.

---

<sup>13</sup> [www.sadc.int](http://www.sadc.int).

No Protocolo Comercial assinado por 11 dos 15 estados, em 2000, os países membros procuraram liberalizar 85% do comércio intra-regional até 2008, liberalizar 100% do comércio até 2012 e formar uma união aduaneira para a região até 2010. Mas, todos esses alvos foram perdidos, como por exemplo o desejo de se estabelecer um mercado comum até 2012 e uma união monetária até 2016, o que se evidencia nos líderes da organização, que têm demonstrado algum pessimismo em relação ao cumprimento de algumas metas.

Por causa desses fracassos, a organização adiou algumas metas “*devido à necessidade de realizar mais estudos sobre o impacto da integração nas economias dos estados membros*” (All Africa, 2010).

O não cumprimento das metas, como um dos indicadores mais evidentes da gigantesca tarefa associada, estabeleceu também um péssimo precedente para os esforços da região, atendendo o registo de fracassos.

### **3.2.3. Sobreposição e concorrência**

As múltiplas filiações fazem com que haja sobreposição dos Estados, que não é um fenómeno recente nos blocos regionais africanos. A prática remonta aos tempos coloniais e "foi influenciada pela primeira onda de integração regional com base no modelo das Comunidades Económicas Europeias" (Jackobeit, 2012).

Dentro da SADC há membros múltiplos e simultâneos que se representam nas numerosas comunidades económicas regionais. Isso, representa o desafio mais assustador para a integração económica regional dentro da SADC. Essa sobreposição criou confusão nos membros, pela competição e duplicação, que constitui um fardo para o contribuinte (Chingono e Nakana,2008:404).

Como exemplos, se pode citar os casos da África do Sul, Botswana, Lesoto e Suazilândia, que são membros da UAAS e da SADC em simultâneo. A Namíbia e a Suazilândia são membros de três acordos de integração regional (incluindo o MCAOA) e fazem parte da Área Monetária

Comum (que inclui a África do Sul e Lesoto) e também participam do Fórum de Facilitação da Integração Regional (FFIR), segundo Mutai (2003).

A maioria dos membros da SADC é em simultâneo membro do MCAOA. Isto tem causado problemas em cada região, principalmente na formação duma união aduaneira, uma vez que nenhum país pode pertencer simultaneamente a duas CER (Chingono e Nakana, 2008:404).

As diferenças nas abordagens aumentam a confusão. A SADC, cuja história está enraizada no desejo de promover a independência económica e as necessidades de segurança política, favorece uma abordagem desenvolvimentista da integração, que centra-se na cooperação sectorial (Chingono e Nakana, 2008:405). Assim, os membros múltiplos não são apenas dispendiosos, mas ineficazes e são parcialmente responsáveis pela capacidade limitada e sucesso da SADC e outras CER.

O fracasso está associado ao facto de os estados membros em vez de cumprir os requisitos do Tratado da SADC, se comprometerem com a integração regional através da "coordenação e harmonização das suas actividades".

Há evidência de sobreposição e adesão simultânea à medida que diferentes Estados da SADC e membros da UAAS actuaram fora de suas áreas, para explorar outras oportunidades económicas dentro de outros agrupamentos regionais.

Para Ahmed (2008:13), a “existência de múltiplos esquemas de integração e sobreposição de membros e as negociações contínuas com países fora da região da SADC podem alterar significativamente a natureza da integração na África Austral”.

Quem também concorda com essa posição é McLeod (2011: 7). Para ele, acordos sobrepostos têm custos, uma vez que os países têm que negociar em vários fóruns e concordar em implementar políticas conflitantes ou irrelevantes, que puxa outros estados a rubricarem acordos contra a sua vontade<sup>14</sup>. A sobreposição de membros também diluiu os esforços de integração regional entre os diferentes estados membros da SADC.

---

<sup>14</sup> Um exemplo é o da UAAS, onde a África do Sul é membro ao lado de Botswana, Namíbia, Lesoto e Suazilândia. Dado que a África do Sul já negociou o Acordo de Cooperação de Comércio e Desenvolvimento com a UE e

Para Hancock (2010:14), quando a integração é superficial, um Estado pode assinar vários acordos bilaterais ou mesmo multilaterais, mas quando a integração se aprofunda ao nível de uma união monetária ou alfandegária, os Estados devem escolher um acordo de integração. Implicitamente manter a associação sobreposta e / ou simultânea enfraquece integração regional. Esta prática é contrária ao que tem ocorrido entre os estados membros da SADC, que se viram assinando vários acordos com diferentes blocos comerciais regionais, apresentando assim um desafio para uma integração regional mais profunda.

#### **3.2.4. A heterogeneidade das economias**

A SADC é caracterizada por desequilíbrios e desigualdades económicas agudas (Nyirabu, 2004:13). O mais importante destes desequilíbrios tem sido em termos da natureza e níveis diferentes de situação económica.

Num outro extremo, a heterogeneidade das economias tem sido vista como um desafio para a integração regional, uma vez que tais economias não podem ser integradas, dado que as economias fortes, como a África do Sul, acabam por ditar os termos de referência e operação aos membros mais pobres e mais fracos do agrupamento.

Por exemplo, na UAAS, a África do Sul desempenha um papel dominante e sua voz domina os procedimentos, resultando em ter que desempenhar um papel dominador e ocupar uma posição decisiva nos processos de tomada de decisão dentro do grupo, sendo que da mesma forma, dentro da SADC, a África do Sul sempre apresentou uma voz dominante (Vickers, 2011:189).

Além disso, a África do Sul tem sido o centro económico dominante do corpo regional e, por isso, o país não tem mostrado muito compromisso com a integração regional, visto que sua economia tem sido capaz para atrair parceiros comerciais fora da SADC mais do que outros estados membros.

---

também com a UAAS, qualquer acordo que a África do Sul conclua inclui outros membros da UAAS (Vickers, 2011).

A África do Sul, como um membro (des)integrado, se beneficia mais do que se a SADC fosse economicamente integrada, onde obtém benefícios múltiplos nos procedimentos do bloco. Para Hancock (2011:4), que concorda com este argumento, afirma que, dado que a África do Sul colheu benefícios económicos significativos de longo prazo, que muitas vezes vieram às custas da UAAS e dos estados membros da SADC, a sua atenção à integração regional foi distraída.

Gibb (2006:32) argumenta ainda que a existência de diferentes economias na SADC e na UAAS tem levado a crescentes desigualdades entre os Estados membros, confirmando a teoria da união aduaneira que prevê que em tal cenário as economias mais avançadas ganham mais dos investimentos e, portanto, crescem significativamente mais rápido do que as outras, exacerbando a desigualdade.

Tanto Hancock como Gibb têm pontos válidos sobre o impacto da heterogeneidade das economias da SADC na integração económica regional, uma vez que defendem que a integração regional seria difícil de alcançar em tal estado de desigualdade entre os Estados membros.

Do argumento acima, pode-se inferir que a heterogeneidade das economias da SADC não só exacerba as desigualdades entre os membros do mesmo grupo regional, mas permite que economias maiores prosperem às custas de suas contrapartes menores.

Além disso, os desequilíbrios comerciais irão persistir e isso levará a lacunas económicas maiores entre os Estados membros e economias maiores como a África do Sul, que continuarão a ditar o ritmo do crescimento económico e o nível do comércio intra e extra-regional.

No entanto, deve-se notar que a heterogeneidade tem seu próprio lado positivo. A heterogeneidade dos Estados da África Austral é um desafio para a integração, e a melhor saída deve ser vista noutras perspectivas, fora das diferenças económicas, que fornecem espaço para o desenvolvimento de diferentes e tipos de vantagem comparativa.

Os Acordos Comerciais Regionais Africanos (CRA) são regimes jurídicos flexíveis e, como tal, fornecem um fórum para a cooperação e uma ampla gama de objectivos, incluindo a liberalização do comércio (Gathii, 2010)<sup>15</sup>.

#### **3.2.4.1. A Coexistência da UAAS e da SADC**

A existência da SADC e da UAAS, lado-a-lado, tem criado embaraço na procura de se alcançar objectivos, que acabam sendo semelhantes. Isso tem criado desafios para o projecto de integração, uma vez que os estados dentro da área geográfica se encontram divididos entre instituições de que faz parte. Os membros da UAAS são proibidos de integrar outros acordos comerciais preferenciais. Esse desrespeito, em várias ocasiões, faz com que este regulamento seja letra morta.

O desafio marcante tem a ver com o facto de outros blocos económicos, como a EU, promoverem a divisão da SADC e da UAAS. Esta organização tem negociado separadamente com estas duas organizações, ignorando que a UAAS está encapsulada na SADC. Um dos exemplos marcantes foi quando os membros da UAAS tomaram a iniciativa de negociar Acordos de Parceria Económica (APE) com a UE sem ter que utilizar a SADC como um bloco económico maior.

Esta posição, que tende a dividir igualmente a região da SADC, criou fissuras entre os membros da SADC., mas os críticos, como Hancock (2010:14), acusam a UE de estar por trás desse desenvolvimento de tentar dividir a UAAS e a SADC.

Isso foi confirmado por Vickers (2011:185). Ele argumenta que, devido às grandes assimetrias de poder entre a UE e a África, Caribe e Pacífico, os Estados menores encontram-se com pouco poder de barganha para moldar o processo de negociação. O resultado das

---

<sup>15</sup> Eles aninham dentro desses regimes uma gama completa de outros objectivos, incluindo aqueles relacionados à segurança e ao compartilhamento de vias fluviais comuns. A especificidade funcional dos CRA fornece fóruns para o desenvolvimento integrado de recursos comuns, a distribuição equitativa dos ganhos do comércio e o princípio da variável geometria

negociações, acabou por dividir a SADC em quatro conjuntos de regimes comerciais separados com a UE. Este desenvolvimento tem enfraquecido a agenda de integração.

As divergências ilustram que membros da UAAS têm tarifas externas e diferentes na organização, facto que mina qualquer perspectiva de integração profunda, que possa advir da criação de um mercado comum, uma união monetária ou uma união aduaneira mais forte.

A discussão sobre se a SADC ou a UAAS devem ser mandatadas para lidar com questões de integração económica regional, Van de Merwe (2010), defende que os líderes da UAAS têm apresentado sugestões aos líderes da SADC, de modo que a UAAS se torne no núcleo económico para o corpo mais amplo da SADC.

Como resultado, este cabo-de-guerra pela supremacia entre a UAAS e a SADC descarrilou ainda mais esforços de integração regional, especialmente porque os países não podem coincidir em questões de política, como, por exemplo, qual dos dois deve lidar com questões económicas ou liderar a integração.

#### **3.2.4.2. Nível de desenvolvimento dos membros**

A diferença nas origens políticas, bem como na natureza dos recursos encontrados em diferentes países, culminou em diferenças nos níveis de desenvolvimento económico.

É indiscutível que a África do Sul é a maior economia da região da SADC, respondendo por mais de 60% de todo o comércio intra-SADC e cerca de 70% do PIB da SADC (Vickers, 2011:183).

Dadas as assimetrias de poder económico entre os restantes membros e a África do Sul, tanto em relação da SADC, assim como da UAAS, o país não pode ser tratado como um parceiro igual.

A África do Sul é tido como uma figura dominante, uma vez que é capaz de ignorar os regulamentos sem muito protesto de outros Estados-Membros. A África do Sul tem sido capaz de negociar APE com a UE, ao contrário dos pequenos Estados onde a África do Sul pode negociar em seu nome, em virtude do facto de serem membros da UAAS.

O principal desafio económico do órgão tem sido criar um ambiente adequado para a obtenção de taxas de crescimento sustentáveis, equitativo que, se alcançado, promoveria a integração económica regional.

### **3.2.4.3. O tribunal da SADC**

A ideia por detrás do estabelecimento do Tribunal da SADC (o Tribunal) foi um desenvolvimento positivo rumo a um grande passo em direcção à cooperação e integração regional. Mas a sua composição e funções tendem a apresentar fissuras dentro do agrupamento.

O caso dos agricultores comerciais do Zimbabué, por exemplo, o Tribunal da SADC, que funciona em Windhoek, na Namíbia, criou expectativas para o referido tribunal, como uma instituição regional unificadora dentro da SADC.

O Tribunal foi a primeira tentativa de se lidar com casos de violação dos direitos humanos regionais. O maior desafio foi o facto de os indivíduos dentro dos membros recorressem à justiça comum contra os seus respectivos Estados.

Os indivíduos lesados tinham grandes esperanças de pôr fim a impunidade com que o Estado espezinhava as liberdades civis. No entanto, a recusa do Zimbabué em cumprir o julgamento de violações dos direitos humanos e a subsequente retirada do país do Tribunal apresentou um caso de teste para a integração regional da SADC (Nathan, 2011:124).

O facto de o bloco regional não ter conseguido controlar um Estado membro renegado que tinha a recusa descarada de cumprir uma sentença para indemnizar os agricultores comerciais indica que a SADC não pode fazer cumprir algumas das disposições das suas instituições, neste caso a sentença proferida pelo Tribunal da SADC<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> O Zimbabué foi considerado culpado de violação dos direitos humanos e de propriedade pelo Tribunal da SADC, mas escapou e até provocou uma revisão do mandato do Tribunal. A revisão culminou numa redução adicional do acesso ao tribunal pelos cidadãos da SADC. A revisão das disposições culminou na diluição e redução dos poderes do referido tribunal ao se confinar a lidar com disputas interestatais e não disputas e / ou reclamações de indivíduos. Este novo mandato acabou ilustrando a recusa ao recurso dos cidadãos à justiça, especialmente dado que os lesados não podem desafiar com sucesso os seus próprios países nos tribunais locais e ter sucesso. Em vista das evidentes violações dos direitos humanos perpetradas pelo governo do Zimbábue contra agricultores/ comerciantes brancos, o

O fracasso do tribunal em reunir os estados membros da SADC contra um estado membro renegado (como o Zimbabwe, por exemplo) mostrou que alguns estados membros fortes podem desprezar os regulamentos e julgamentos vigentes com impunidade e sem repreensão. O caso da recusa do Zimbabué em cumprir a decisão do tribunal trouxe à tona a opinião de que alguns Estados-Membros são intocáveis e isso viola a cláusula de igualdade dentro do bloco regional.

Como resultado, pode-se argumentar que a integração regional está à mercê e é ditada por Estados membros poderosos e eventos políticos e preferências. Conforme destacado no Tratado, a SADC não apenas encoraja a resolução pacífica de disputas, mas incentiva a integração económica que pode ser melhor realizada em um ambiente político estável.

---

Tribunal decidiu a favor das vítimas, apenas para o Zimbabwe recusar-se a manter a sentença, argumentando que o tribunal não tinha jurisdição para julgar o caso. A recusa do Zimbabué em cumprir o julgamento do tribunal apenas mostrou a fraqueza dentro da região para falar contra as violações dos direitos humanos, mas também mostrou um elemento de desunião e a propensão para dobrar as regras a fim de se adequar a situações específicas. Isto confirmou o facto de que os chefes de Estado da SADC não só prometeram rever o mandato do tribunal, mas alteraram o seu mandato para que tratasse apenas de disputas interestatais, que são uma ocorrência rara. Seria, portanto, difícil para a integração regional ocorrer se os Estados membros da SADC não chegassem a acordo sobre questões de política, tais como, no que diz respeito ao caso dos agricultores comerciais brancos do Zimbabué.

## CAPÍTULO IV: ANÁLISE DOS PAÍSES DA REGIÃO

### 4.1.Ponto de partida

A SADC tem uma visão de um futuro compartilhado dentro da comunidade regional, que serve para traçar a direcção do desenvolvimento da região. A visão fornece a base para o Plano Indicativo Estratégico de Desenvolvimento Regional (PIEDR).

A Visão de um futuro comum, na procura de assegurar que todas as pessoas da região desfrutem de bem-estar económico, padrões de vida dignos e qualidade de vida, liberdade e justiça social, paz e segurança. Esta visão baseia-se nos valores, princípios, relações históricas e afinidades culturais comuns que existem entre os povos desta região.

O Plano de Desenvolvimento Estratégico Indicativo Regional impôs metas e objectivos ambiciosos em que a organização tinha para estabelecer uma Área de Livre Comércio (ALC) até 2008, uma União Aduaneira até 2010, um mercado comum regional até 2015 e uma união monetária até 2016.

O Protocolo de Finanças e Investimento (PFI), aprovado em 2006, é um instrumento de coordenação e harmonização das políticas financeiras dos membros. Os objectivos incluem fornecer um quadro para a cooperação na área das finanças, promover o desenvolvimento de políticas de investimento sólidas, encorajar a poupança e facilitar e estimular os fluxos de investimento e a transferência e inovação de tecnologia (Chipeta e Schade, 2007).

A SADC está empenhada em aprofundar o processo de integração entre os seus membros como parte do seu plano estratégico para "*alcançar o desenvolvimento e crescimento económico, aliviar a pobreza, melhorar o padrão e qualidade de vida das pessoas da África Austral e apoiar os socialmente desfavorecidos, através da integração regional*".

Garantir uma gestão macroeconómica sólida é vital para o processo de integração, o que se reflecte no Memorando de Entendimento (ME) sobre Convergência Macroeconómica, que foi adoptado em 2001.

Quatro indicadores macroeconómicos foram identificados para monitorar a implementação do ME, a saber:

- (i) um membro taxa de inflação do estado; a relação entre o défice orçamentário e o PIB;
- (ii) a proporção da dívida pública e com garantia pública em relação ao PIB; e (iii) o saldo e estrutura da conta corrente.

A SADC estabeleceu metas de convergência para estes indicadores e sublinhou que a adopção do quadro de política macroeconómica necessária para atingir tais metas é crucial para as economias da África Austral serem capazes de se integrarem sem problemas numa união económica de pleno direito, enquanto alcançam com sucesso o Desenvolvimento do Milénio Metas<sup>17</sup>.

## **4.2. Desempenho dos países**

Para se perceber a implementação do ME, fora examinado o desempenho separado de 10 países da organização em termos de estabilidade, para no final, olhar para as tendências comuns em termos de acção política.

### **4.2.1. Botswana**

Dados da organização mostram que o Botswana não adoptou formalmente um Programa de Convergência Macroeconómica em linha com o Memorando de Entendimento sobre Estabilidade e Convergência Macroeconómica. No entanto, o Botswana já fez grandes progressos no sentido de avançar e alcançar a maioria das metas estabelecidas no memorando.

Em termos de inflação, o Botswana está a caminho de atingir o núcleo da taxa de inflação. O Banco do Botswana, em consulta com o Ministério das Finanças e do Planeamento

---

<sup>17</sup> O objectivo essencial da convergência macroeconómica é criar níveis regionais de estabilidade macroeconómica, fundamental para permitir maiores gastos em programas sociais, que previam aumentar os níveis de investimento doméstico para pelo menos 30% do PIB até 2008; interligação dos sistemas de pagamentos e compensação na SADC até 2008; finalizar o quadro jurídico e regulamentar para a listagem dupla e cruzada de acções nas bolsas de valores regionais até 2008; e a liberalização dos controlos cambiais sobre as transacções da conta corrente entre os Estados-Membros até 2006 e da conta de capital até 2010.

do Desenvolvimento, adoptou um quadro de política monetária, que é reportado na Declaração de Política Monetária anual do Banco. O arcabouço de política monetária estabeleceu um intervalo de metas para a inflação.

A postura da política monetária é descrita como um regime de política monetária restritiva<sup>18</sup>.

O Botswana conseguiu trazer a taxa média anual de inflação para dentro da organização, como meta, em 1997. Para além da aberração registada em 2003, causada pela introdução do IVA, o Botswana conseguiu manter-se dentro do nível da meta desde então até 2005, quando a inflação começou a subir novamente após a mudança na política cambial e a desvalorização da moeda.

Dados os níveis de inflação de dois dígitos na maior parte de 2006, Botswana foi forçado a revisar sua meta de inflação de médio prazo para 4% -7%, enquanto mantinha a meta de longo prazo de 3% -6%<sup>19</sup>. Em termos de défice orçamentário, Botswana está no caminho certo.

Devido à grande variabilidade de sua principal fonte de receita (ou seja, receitas minerais de diamantes), e para evitar uma política fiscal pró-cíclica, o Governo tem tradicionalmente adoptado uma estratégia fiscal de alcançar um orçamento equilibrado no horizonte de médio prazo<sup>20</sup>.

Importa salientar que, em termos de dívida, o Botswana teve um desempenho muito bom e já atingiu o objectivo da SADC de ter um rácio dívida / PIB inferior a 60%. O Governo tem tradicionalmente defendido uma política de assumir a dívida externa que tenha boas perspectivas de pagamento.

Depois que o país deixou de ser um país menos desenvolvido, acumulou níveis substanciais de reservas internacionais, com muito pouca dívida adicional assumida e isso era

---

<sup>18</sup> Em 2005, o intervalo era de 3% - 6%; mas isto foi antes de uma desvalorização da taxa de câmbio de 12% implementada em 30 de Maio de 2005.

<sup>19</sup> A tendência actual é de queda, agora com um dígito. Botswana luta por um limite superior ainda mais baixo para a inflação, que está mais de acordo com o da África do Sul e de outros países mais desenvolvidos.

<sup>20</sup> Por exemplo, um período de plano de desenvolvimento nacional. Botswana teve défice em cinco dos 12 anos (1998, 2001, 2002, 2003 e 2004); mas apenas em 1998 o défice excedeu o limite superior de 5% da meta de convergência macroeconómica da SADC. .

tipicamente de natureza consensual. O Botswana, com rácios dívida / PIB variando de 11% a 5%, manteve-se bem dentro do limite superior de convergência macroeconómica de 60% para dívida / PIB durante todo o período, uma vez que as receitas de diamante se torna significativa, por isso o governo não tentou pedir empréstimos ao mercado interno.

No entanto, em 2003, o Governo iniciou um programa de emissão de três títulos do Governo com o objectivo de desenvolver o mercado de capitais doméstico, criar uma curva de rendimentos de longo prazo e fornecer um veículo de investimento para seguros e fundos de pensões, os últimos dos quais foram generosamente dotados através da criação do Fundo de Pensões dos Funcionários Públicos.

O Botswana não tem défice na balança de pagamentos desde 1982, devido ao bom desempenho da indústria de diamantes. Como resultado, o país não adoptou nenhuma meta explícita para o saldo em conta corrente nos últimos anos, em parte porque o país registou, desde o início da década de 1980, principalmente devido ao bom desempenho das exportações de minerais.

Assim, o Botswana atingiu de forma consistente a meta de convergência macroeconómica da SADC de ter um défice da conta corrente não superior a 9% do PIB. Noutras metas, na visão de longo prazo, o Botswana, em 2016, atingiu a meta de taxa de crescimento do PIB real de 8%, que havia sido previsto para o período de 20 anos (1996-2016).

Botswana não atingiu essa taxa de crescimento em média para o período de 1996 a 2003, mas foi alcançado em três ocasiões desde 1996, principalmente devido ao rápido crescimento da produção mineral e gastos do governo.

A taxa de crescimento projectada para o Plano Nacional de Desenvolvimento era de apenas 5,5%. em comparação com a taxa de crescimento previsto na SADC de pelo menos 7% ao ano.

Mesmo nestas condições, o Botswana tem experimentado problemas. Assim, o Botswana é desafiado por um crescimento lento, que coloca mais problemas para as estratégias do Botswana para diversificação económica, criação de emprego, erradicação da pobreza e uma distribuição de rendimento mais equitativa.

Desde o início dos anos 1980, o Botswana tem sido capaz de acumular níveis substanciais de reservas internacionais, muito acima da meta de convergência macroeconómica da SADC e muito acima do nível alvo considerado adequado para o Botswana, dada a estrutura da sua economia e os riscos das flutuações a que está sujeito, no passado<sup>21</sup>.

A fim de atingir a meta de taxa de crescimento definida na Visão 2016, de 8% com um rácio de capital-produto estimado incremental de 5, o Botswana precisa de ter um investimento de cerca de 40% do PIB. Essa meta de taxa de investimento não foi alcançada nos últimos anos. A taxa média de investimento do Botswana foi de 25,3% de 1994 a 2003.

O Botswana atingiu quase todas as metas centrais da SADC de inflação baixa e estável, dívida baixa, défices orçamentais baixos, etc. e tem políticas que irão garantir que o país continuará a atingir essas metas. O país, entretanto, não atingiu a meta de pelo menos 7% de taxa de crescimento ao ano e uma taxa de investimento de cerca de 40% do PIB ou mais. O país enfrenta desafios em termos de diversificação da economia, criação de empregos e redução da pobreza absoluta.

#### **4.2.2. África do Sul**

Em meados da década de 1990, ficou claro que a relação entre a oferta de moeda e a inflação na África do Sul havia rompido. O SARB não estava atingindo suas metas de crescimento da oferta de moeda, embora a inflação estivesse diminuindo da faixa de 14-16% no final da década de 1980 para 7-8% em meados da década de 1990.

Uma nova meta de inflação foi introduzida para que a média anual do Índice de Preços ao Consumidor (PC) varia entre 3% e 6%. A inflação diminuiu acentuadamente nos últimos 2 anos desde 2003 e o PC tem estado consistentemente dentro do intervalo da meta desde então. No

---

<sup>21</sup> O país não estabeleceu uma meta explícita de taxa de poupança, comparável à meta de convergência macroeconómica da SADC de 25% do PIB. Mas, pode-se derivar a partir da taxa de investimento alvo de 40% do PIB e do rácio alvo de investimento directo estrangeiro em relação ao PIB (que foi em média 0,052 no NDP 9). Assim, a meta de taxa de poupança do Botswana seria de cerca de 34,8% do PIB, algo que o país foi capaz de alcançar nos últimos 10 anos. Portanto, o Botswana conseguiu atingir a meta de taxa de poupança da SADC de 25% do PIB.

momento, é mais provável que o PC saia da parte inferior do intervalo desejado do que saia do topo.

Isso, combinado com a acção consistente do SARB para manter a inflação dentro do intervalo da meta, mesmo ao custo de um menor crescimento económico, significou que as expectativas de inflação na África do Sul foram permanentemente reduzidas.

Assim, era bastante razoável esperar que a África do Sul não tivesse dificuldades para cumprir a meta de inflação da SADC de 9% em 2008. As próximas metas de 5% em 2012 e 3% em 2018 podiam ser mais difíceis de alcançar, mas ainda estavam dentro das capacidades do país.

O maior risco para a África do Sul, como a maioria dos outros países, de não atingir a meta de inflação vem do exterior. A maior abertura da África do Sul às forças do mercado mundial, especialmente na conta de capital, desde 1994, e os volumes cada vez maiores de capital de portfólio que circulam pelo globo fizeram com que a África do Sul se tornasse vulnerável a crises cambiais. Frequentemente, isso resultou em uma inflação interna mais alta, à medida que os preços dos bens importados aumentaram.

O défice orçamental tem sido reduzido constantemente, a fim de reduzir a necessidade de financiamento do sector público e, portanto, pagar a dívida pública. O défice aumentou em 2004 quando o governo começou a experimentar uma política fiscal mais expansionista.

A meta de défice orçamentário de 5% provavelmente não será um problema para a África do Sul; nem é a meta de 3% em 2012. A meta de 1% para 2018 pode parecer desafiadora no momento, mas há avisos suficientes sobre isso para colocar em prática planos para atingir esse nível.

A África do Sul geralmente tem um baixo nível de dívida externa. Isso provavelmente se deveu às dificuldades em obter financiamento estrangeiro no final da era do *Apartheid*. A prudência fiscal da África do Sul foi recompensada em termos de melhores classificações de crédito nos mercados de capitais estrangeiros.

Isso permitiu que a África do Sul aumentasse a dívida externa, mas os níveis de dívida externa nunca ultrapassaram o nível de 30% do PIB. Isso significa que a dívida externa da África do Sul é actualmente menos da metade do nível da meta da SADC, mesmo até 2018.

Obviamente, esta meta deve ser muito fácil de ser alcançada pela África do Sul.

O saldo em conta corrente da África do Sul tem estado principalmente na faixa de 1% a 1% do PIB, que está dentro da meta. Isso mudou drasticamente em 2003 e 2004. Vários factores contribuíram para isso.

Em primeiro lugar, a África do Sul se encontrou em um ponto no ciclo de negócios e taxas de juros oposto ao do mundo desenvolvido. Isso levou a grandes entradas de fluxos de portfólio para tirar vantagem do grande diferencial de taxas de juros. Isso resultou na elevação do Rand a níveis bastante elevados, de modo que as exportações sul-africanas caíram e as importações aumentaram, o que faz que a África do Sul atinja os níveis da meta com bastante facilidade.

Mas a África do Sul não conseguiu atingir a taxa de crescimento de 5% nos últimos 10 anos, muito menos atingir a meta da SADC de 7%. O nível de reservas da África do Sul já é maior do que a meta da SADC para 2008, e esteve dentro da meta para 2012 e 2018.

Em resumo, a África do Sul atingiu a maioria das metas e não deve ter dificuldade em mantê-las.

#### **4.2.3. Namíbia**

A Namíbia é membro da Área Monetária Comum (CMA), que consiste em Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia. As moedas do Lesoto, Namíbia e Suazilândia são atreladas ao Rand sul-africano.

Por ser membro do CMA e por causa da economia sul-africana dominante, a Namíbia segue a política monetária sul-africana. O Banco da Namíbia define sua taxa bancária de acordo com a taxa sul-africana.

A inflação na Namíbia oscilou em torno de 9% entre 1995 e 2001; atingiu o pico no final de 2002 em quase 14%, e diminuiu desde então para uma inflação anual de 2,2% em 2005. Isto é, o resultado de uma política monetária focada na taxa de inflação. Se a taxa actual puder ser mantida, a Namíbia será capaz de cumprir a meta de inflação da SADC incluindo 3% até 2018.

O défice orçamental da Namíbia permaneceu dentro de níveis administráveis, variando entre 1,4% e 7,5% para o período de 1996/97 a 2003/04. A média do período foi de 3,6%; no entanto, excluindo o elevado défice de 7,5% para o ano de 2003/04, causado por uma forte e persistente valorização do dólar namibiano e não previsto, a média era de 3%.

No entanto, este choque externo também revelou limitações na resposta do governo à receita em queda. As despesas não foram ajustadas a tempo de manter o défice dentro da faixa auto-fixada de 3%. Em geral, o défice ainda era superior à meta de 3% para 2012 e mais precisa ser feito para atingir as metas de 2012 e 2018 da SADC. O rácio da dívida externa sobre o PIB está muito abaixo da meta de 60% da SADC.

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 3,8% em média durante o período de 1990 a 1995. Isso se compara favoravelmente com um crescimento de 1,1% na década anterior à independência. No entanto, o crescimento desacelerou para 3,6% (1995-99), mas aumentou novamente nos cinco anos seguintes para 4,4% (2000-04). O aumento do PIB logo após a independência pode estar intimamente ligado a um aumento nas actividades do governo que representaram cerca de 20% do PIB em 1989 e 26% em 1991.

Apesar destes desenvolvimentos, o crescimento económico não tem sido forte o suficiente para elevar significativamente o padrão de vida na Namíbia, e fica aquém da meta de crescimento da SADC de 7% e das taxas de crescimento necessárias para alcançar a Visão 2030 doméstica. A Namíbia sofreu um défice comercial na maioria dos anos, por causa das transferências da SACU.

No geral, a Namíbia está indo bem no que diz respeito à maioria dos indicadores. No entanto, está atrasado em termos de investimento, crescimento e reservas estrangeiras.

#### **4.2.4. Madagáscar**

Durante os últimos 20 anos, a inflação em Madagáscar passou por dois períodos de hiperinflação. A primeira é aquela que acompanhou a implantação do câmbio flutuante no mercado de câmbio.

A desvalorização do MGF que se seguiu causou um aumento nos preços dos bens de consumo importados e insumos importados que resultou em um aumento geral dos preços de 36,9% entre 1993 e 1994, 45,2% no ano seguinte e 20% entre 1995 e 1996. O segundo período é o de 2002. O aumento do IPC entre 2001 e 2002 atingiu 16,5%. Esta elevada taxa de inflação está relacionada com a crise política e económica ocorrida em 2002. Com efeito, a escassez do combustível, que é um produto estratégico, sobretudo na Capital, e a desaceleração do comércio entre as várias localidades da ilha provocaram um preço generalizado aumentar. Com a recuperação da situação económica, a taxa de inflação caiu para notáveis 1,7% em 2003.

Esta queda da taxa de inflação significa um retorno à tendência normal após a grande alta do ano de 2002. No início do ano de 2004, a inflação voltou a acelerar. A taxa de inflação atingiu 13,8% em 2004 e 18,4% em 2005. Até agora, a inflação ainda está muito acima da meta da SADC de 9% em 2008.

Os dados do Banco Mundial sugerem que Madagáscar é um dos países mais dependentes de ajuda do mundo; mais de 50% do orçamento é financiado pelo exterior. Alguns factores que sublinham a persistência do elevado nível do orçamento governamental são de natureza estrutural.

No que se refere às receitas, apesar dos esforços do governo para melhorar a arrecadação tributária, a capacidade de mobilização de recursos é muito fraca. A receita tributária representou apenas 10,3% do PIB em 2003 e 11,2% em 2004. Ao mesmo tempo, os gastos públicos não paravam de aumentar.

Relativamente às dificuldades associadas ao limitado desenvolvimento do sector financeiro, observam-se: fraca liquidez, baixo nível de competitividade, fragilidade da poupança nacional e falta de instrumentos para influenciar os indicadores macroeconómicos.

Em 2004, apenas 61% das famílias eram capazes de poupar e as famílias rurais preferem acumular em casa (79%) a depositar em um banco ou em uma microfinança. Em 2005, o crescimento económico de Madagáscar foi de 5,1%. No entanto, isto ainda está abaixo da meta da SADC de 7%, caracterizado por um baixo PIB per capita e uma alta incidência de pobreza<sup>22</sup>.

---

<sup>22</sup> O PIB é um dos mais baixos da SADC, 20 vezes inferior ao do Botswana e 10 vezes inferior ao do Sul África.

A liberalização do comércio exterior induziu um aumento nas importações, que mais que dobraram em 10 anos. Como consequência, a balança comercial permaneceu deficitária. Em geral, Madagascar não atingiu a maioria das metas da SADC e é improvável que as cumpra, especialmente as de 2008 e 2012. Muito terá de ser feito para conseguir trazer a economia para as metas da SADC nas datas indicadas.

#### **4.2.5. Maurícias**

Em geral, a inflação baixa e estável foi alcançada, em grande parte devido a uma implementação relativamente bem-sucedida de uma estrutura informal de metas de inflação. A taxa de inflação diminuiu de 6,4% em 2001/02 para 3,9% em 2003/04, mas conseqüentemente aumentou para 5,5% em 2004/05.

Esse aumento deve-se principalmente ao aumento do preço dos derivados de petróleo e do frete. Os preços do petróleo continuam a ser negociados em níveis elevados no mercado internacional, com alguns riscos de alta para a inflação.

A aceleração do crédito interno e o risco crescente de elevação do preço mundial do petróleo e de outras *commodities* estão gerando pressões inflacionárias na economia. As Maurícias conseguiram atingir a meta de inflação e é provável que a sustentem.

Após um fraco desempenho em 2002, a economia da Maurícia recuperou em 2003 e 2004 com um crescimento médio anual razoável de 4%. Em 2004, a economia como um todo cresceu 4,1%, principalmente em função da melhor produção de açúcar e do maior crescimento nos demais setores da indústria e do comércio no atacado e varejo. Isto é, no entanto, inferior à meta de 7% da SADC.

Nos últimos anos, o hiato positivo de recursos, que atingiu o pico de 5,8% do PIB em 2002, diminuiu gradualmente para 1,2% em 2004 e se tornou negativo em 2005 (-1,9%). Isso se

deveu em grande parte ao declínio da taxa de poupança, enquanto a taxa de investimento oscilava em torno da marca de 22%<sup>23</sup>.

O crescimento do consumo a uma taxa superior à do PIB reflecte o aumento da contribuição do consumo privado no PIB geral. A elevada taxa de crescimento da despesa de consumo privado também mostra um aumento da confiança do consumidor na economia devido à redução da inflação, maior aumento das remunerações dos empregados, estabilidade da taxa de câmbio e redução das taxas de juro.

#### **4.2.6. Zâmbia**

A taxa de inflação no final do período da Zâmbia tem diminuído continuamente de 46% em 1995 para 18% em 2004, dando um declínio anual no final do período de -7% no mesmo período. Para 2005, o governo tinha como meta reduzir a inflação para 15%, em linha com as metas macroeconómicas do Quadro de Despesas de Médio Prazo de 2005-2007.

A inflação deve diminuir para 5% até 2007, o que significa que a Zâmbia teria alcançado a meta de macro convergência de 2012 no final de 2007 e superou a meta de 2008 em 4%. Mas actualmente a taxa de inflação ainda é mais alta do que a meta da SADC. O principal instrumento que o governo está usando para controlar a inflação, por meio do Banco da Zâmbia, é a política monetária usando operações de mercado aberto com a venda de títulos do tesouro.

O défice orçamental como percentagem do PIB está programado para ficar em 0,6% em 2007, bem abaixo da meta de convergência para 2008 a 2018. Em 2004, o défice orçamental foi registrado em 2,2% do PIB. Isso significa que o país já atingiu esse critério de convergência.

No entanto, o sistema de orçamento de caixa não atingiu o objectivo de incutir disciplina financeira, conforme evidenciado pelos excessos no orçamento e também pelo acúmulo

---

<sup>23</sup> A diminuição da taxa de poupança é explicada pela continuação dos elevados défices orçamentais e pelo ressurgimento do crescimento das despesas de consumo.

excessivo de atrasos nos pagamentos. O endividamento interno como percentagem do PIB tem diminuído ao longo dos anos de 5,2% em 2003 para 1,2% em 2006.

O crédito do Banco da Zâmbia ao governo como percentagem da receita fiscal dos anos anteriores foi em média de 104% no período de 1996 a 2003. Embora a meta de convergência seja de 10% para 2008 e diminua posteriormente, a realidade da Zâmbia mostra que aumentou de 72% em 1996 para 129% em 2003. Esta meta é, portanto, muito improvável de ser alcançada devido ao aumento da dívida interna e também pode exercer pressão inflacionária adicional.

O défice em conta corrente do país foi em média de 14% do PIB no período de 1994 a 2004. Isso é mais alto do que a meta de 9% para 2008 e 2012. Em 1994, o défice ficou em 0,8% e aumentou rapidamente para 19% em 1996, após o que apresentou um declínio constante, atingindo um mínimo de 11% em 2003. Em 2004, o défice aumentou marginalmente em 0,3%, pelo que é provável que elimine a meta de convergência de 2008. Para 2005, as reservas internacionais brutas foram programadas em 1,3 meses de cobertura de importação e para 2007 com 1,9 meses de cobertura de importação, o que está significativamente bem abaixo da meta de convergência de 2008 e além.

O crescimento real da economia é de cerca de 5% na maior parte do período, o que é 2% abaixo da meta da SADC de 7%. Embora a obtenção do ponto de conclusão HIPC tenha melhorado rapidamente o progresso do país no cumprimento do critério de convergência de melhorar a proporção da dívida externa em relação ao PIB, o problema da Doença Holandesa agora ameaça a recuperação sustentada da economia da Zâmbia e o movimento em direcção à realização do cenário macroeconómico critério de convergência de 7% do crescimento real do PIB até 2008.

#### **4.2.7. Malawi**

O Malawi cumpriu a meta de 2008 no que diz respeito ao défice orçamental e ao crédito líquido do banco central ao governo como percentagem da receita fiscal do ano anterior. Isso se deve ao dinamismo ou produtividade do sistema tributário, ao controle de despesas do governo e

ao influxo de ajuda externa. Para cada uma dessas variáveis-alvo, o país precisa seguir seu programa de estabilização para garantir que elas não saiam do caminho.

Prevê-se que o Malawi cumpra a meta de núcleo da inflação para 2008 devido a políticas fiscais e monetárias prudentes. O cancelamento da dívida melhorou as perspectivas de cumprimento da meta de relação dívida / PIB.

Mas está fora da meta em relação às outras variáveis da meta, que não se espera que atinja em 2008 e possivelmente também depois, visto que as metas são ambiciosas. Para essas variáveis, que são o saldo da conta corrente, a taxa de crescimento económico, as reservas externas e a taxa de poupança interna, o Malawi precisa tomar medidas para atingir suas metas.

A inflação do Malawi foi de 16,9% em 2005, o que é superior à meta de 9% da SADC para 2008. Dadas as políticas monetárias e fiscais prudentes, esta meta provavelmente será alcançada. O déficit orçamental como percentagem do PIB foi reduzido para dentro da meta e provavelmente será sustentado até 2008. No passado, o desequilíbrio financeiro macroeconómico interno foi um problema intratável por muito tempo no Malawi.

Os défices orçamentais excluindo doações, que geralmente costumavam ser toleravelmente pequenos (abaixo de 10% do PIB) até o início da década de 1990, têm sido desconfortavelmente altos, com média de 14,2% do PIB entre 1991 e 1995, 11,1% entre 1996 e 2000 e 14,5% depois disso.

Esses défices aumentaram devido a um maior crescimento nas despesas do que nas receitas. Devido aos níveis crescentes de ajuda externa, os défices do governo, incluindo donativos, diminuíram de uma média de 6,9% entre 1991 e 1995 para 2,5% entre 1996 e 2000 e 4,8% depois disso. Assim, Malawi está dentro da meta de 5% para 2008, recomendada no Memorando de Convergência Macroeconómica.

A taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) real durante os primeiros três anos (2000 a 2002) do novo milénio foi insatisfatória, com média de -0,6%. Embora a taxa de crescimento do PIB real tenha aumentado em 2003 e subido ainda mais em 2004, estava bem abaixo da meta de 7,0% exigida para que o Malawi reduzisse pela metade a proporção de sua população que vive com menos de 1 USD por dia até 2015, que também é uma variável alvo no

programa de Estabilidade e Convergência Macroeconómica da SADC. Esta meta provavelmente não será atingida pelo Malawi.

As reservas externas poderiam cobrir apenas 1,6 meses de importações, o que é bastante inferior ao valor da meta de 3 meses. Os dados da renda nacional mostram que a taxa de consumo ultrapassou 100%, já que a taxa de poupança interna foi em média de -3,0% do PIB.

Assim, o Malawi não está dentro da meta de convergência da taxa de poupança interna de 25% até 2008. A taxa média de investimento de 12,4% durante o mesmo período sugere que o país também não está dentro da taxa de convergência de investimento de 30% do PIB até 2008. Como a taxa média de poupança nacional foi de 3,0%, a poupança externa financiou a maior parte do investimento.

#### **4.2.8. Moçambique**

No seu Programa 2005-2009, o Governo compromete-se a manter a inflação em níveis baixos e estáveis, embora sem quaisquer valores específicos. Em 2004, a inflação ficou em 9,1%, ante a meta projectada de 11%. Dada a tendência e o compromisso em termos de políticas, essa meta não foi alcançada.

Em termos de défice orçamental, como percentagem do PIB, o país está atrasado e não alcançou a meta. Em 2004, o défice antes das doações era de cerca de 13%, valor próximo ao registrado para o indicador nos últimos anos. Apesar das reformas em curso destinadas a aumentar as receitas internas, Moçambique não cumpriu a meta do MoU (de 5%) para 2008, dada a elevada dependência externa do país.

Cerca de 45% do Orçamento do Estado é coberto por fundos externos. No âmbito do seu compromisso com o Banco Mundial, FMI e outros parceiros de cooperação, o Governo prevê um aumento gradual das receitas internas como percentagem do PIB de cerca de 14,8% (2004) para 17% em 2009. A receita pública interna corrente manteve-se estável nos últimos seis anos. Nesse período, o percentual da receita fiscal em relação ao PIB ficou em torno de 12%.

Em termos de dívida externa como percentagem do PIB, é improvável que Moçambique cumpra a meta da SADC de 60%. A dívida externa de Moçambique conheceu um cenário especial nos últimos anos à luz de várias iniciativas.

Moçambique beneficiou de um alívio considerável ao abrigo do PPME, de cerca de 6,0 mil milhões de dólares (1998) antes do PPME para cerca de 4,4 mil milhões em 2004, através do qual foi possível reduzir o peso do serviço da dívida em termos de exportações de bens e serviços de 27% para 5% depois de 2000, e espera-se que permaneça abaixo de 10% até 2010. A menos que sejam tomadas decisões internacionais drásticas sobre a situação da dívida das nações mais pobres, Moçambique não apresenta um cenário promissor para atingir a meta da SADC (60%).

Em termos de défice em conta corrente como percentagem do PIB, Moçambique também está fora do caminho. Em 2004, o país tinha um défice altíssimo de 14%. Em 2003 esse indicador situou-se em 6,2%, ante 12,7% registrados em 2002. As estimativas para este indicador são promissoras, pois a entrada em operação de projectos de grande porte contribuirá para o aumento das exportações de bens e serviços. As exportações cresceram consideravelmente devido ao efeito dos megaprojectos desde 2000. A contribuição das exportações dos megaprojectos foi de 50%. Se isso continuar, é provável que a meta seja alcançada.

Moçambique atingiu uma taxa de crescimento económico significativa no período 1998-2004. O crescimento real do PIB - incluindo megaprojectos - foi superior a 10% ao longo do período, excepto 2000, com um crescimento de 1,2% devido às inundações. Em 2004 a economia cresceu 7,2%. Para os próximos anos, o governo espera manter a taxa de crescimento entre 7% e 8%, o que é consistente com a meta do MoU para essa variável.

O Banco de Moçambique detém reservas internacionais líquidas equivalentes a mais de 4 meses de importações, em média. O Banco de Moçambique tem registado progressos nesta área. No âmbito da sua política monetária e em consonância com acordos com parceiros, o Banco de Moçambique tem procurado manter o volume de reservas internacionais equivalente a 5 a 6 meses de importação, meta que Moçambique alcançou em 2006.

Desde 2002, o Governo de Moçambique tem vindo a reduzir o financiamento do défice orçamental através de empréstimos do Banco de Moçambique. Uma análise e estatísticas do Banco de Moçambique revelaram uma diminuição do crédito ao governo desde 2002. O Governo

comprometeu-se a reduzir o financiamento do défice via recursos do Banco Central, como um dos requisitos para a manutenção da estabilidade macroeconómica. Portanto, é provável que Moçambique alcance a meta da SADC.

Em termos de poupança interna e investimento, os dados preliminares para 2004 indicam uma taxa de poupança na região de 15,4%, e foi projectada para aumentar para cerca de 16,1% em 2005. O investimento foi de 20% em 2004. As metas da SADC para estas variáveis macroeconómicas são todos improváveis de serem alcançados.

#### **4.2.9. Tanzânia**

A Tanzânia tem mantido o nível da meta de convergência da inflação da SADC desde 1999. A Tanzânia, através do banco central - Banco da Tanzânia, adere a uma conduta prudente da política monetária. O objectivo é atingir uma inflação baixa (abaixo de 5%), melhorar a gestão da liquidez e promover instituições financeiras eficientes. No que diz respeito ao controle da inflação, o BoT, em colaboração com o Ministério das Finanças, conseguiu manter a inflação abaixo de 10% nos últimos cinco anos. Essa meta é, portanto, alcançada e pode ser mantida se não houver mudança de política.

O défice fiscal da Tanzânia está dentro do programa de convergência da SADC se as doações dos doadores forem incluídas (4,5%). No entanto, a exclusão de doações de doadores piora o défice fiscal, que aumenta de 8,1% do PIB em 2003 para 9,9% em 2004, o que implica esforços consideráveis antes que a convergência seja atingida.

Uma maior mobilização de recursos internos, incluindo a reforma da política e administração tributária, é essencial para que a Tanzânia alcance a convergência até 2008. Em termos de dívida externa, o nível de 2004 da Tanzânia para esta variável foi de 81,4% do PIB. Mesmo depois de levar em consideração o alívio total da dívida ao abrigo da Iniciativa HIPC Reforçada, a Tanzânia tem uma tarefa considerável de alcançar a convergência no futuro. No entanto, a análise da sustentabilidade da dívida externa conduzida pelo FMI no Ponto de Conclusão PPME mostra que a dívida externa da Tanzânia é sustentável a médio prazo.

O balanço de pagamentos em conta corrente da Tanzânia em 2004 foi de 5,3% do PIB, o que está dentro da meta do programa de estabilidade. O défice melhorou de cerca de 11% do PIB em 1998 para 5,3% em 2004, em parte devido ao melhor desempenho na atracção de investimento estrangeiro directo e à melhoria das exportações relacionadas com minerais e exportações não tradicionais.

Em termos de crescimento, a Visão 2025 da Tanzânia visa o crescimento entre 8% e 10% para atingir seus objectivos de desenvolvimento, incluindo a redução progressiva da pobreza. O crescimento real melhorou de 5,7% em 2003 para 6,7% em 2004, mas ainda está abaixo da meta. Dada esta tendência, a Tanzânia provavelmente alcançará suas metas de crescimento se mais melhorias forem feitas na gestão macroeconómica, gestão fiscal (particularmente no aumento da receita interna, ampliando sua base tributária estreita e melhorando a administração tributária) e atraindo maior investimento estrangeiro directo voltado para o desenvolvimento.

A Tanzânia tem melhorado progressivamente suas reservas cambiais de cerca de 2,4 meses de importações em 1996 para quase 8 meses de importações em 2004. O bom desempenho está associado a melhorias na balança de pagamentos geral. Todas as contas principais melhoraram neste período (conta corrente, contas de capital e financeiras). Se esse nível de reservas for mantido, elas serão consideradas adequadas para cobrir as necessidades da Tanzânia para importação de bens e serviços. Este objectivo é, portanto, alcançado.

O aumento do financiamento externo do orçamento do Governo permitiu à Tanzânia evitar o recurso a empréstimos bancários internos para financiar o seu défice. O crédito líquido do Banco da Tanzânia ao Governo foi mantido em menos de 0,7% desde 1997 e, portanto, a Tanzânia cumpriu a meta da SADC.

Em termos de poupança, a taxa de poupança interna da Tanzânia em 2004 foi de apenas 9,8% do PIB - cerca de 15,2% abaixo da meta de 2008. Em termos de investimento, a taxa de investimento da Tanzânia em 2004 foi de apenas 19,9% do PIB - cerca de metade do que é exigido pelo RISDP. A baixa taxa de investimento não é consistente com os níveis necessários para reduzir a pobreza e exige que a Tanzânia melhore ainda mais não só a estabilidade macroeconómica, mas também crie um ambiente melhor para atrair maior investimento

estrangeiro directo. Em termos dessas variáveis, o país está, portanto, muito abaixo das metas e é improvável que as cumpra.

#### **4.2.10. Zimbábue**

A inflação do Zimbábue foi a mais alta da região e contínua em níveis muito altos. Era de 599% em 2003, 382% em 2004 e deverá diminuir devido à política monetária restritiva. A inflação anual foi de 622,8% em Janeiro de 2004 e diminuiu para 251,5% em Setembro de 2004. O Quadro Macroeconómico 2005-2006 descreve a visão dos programas de desenvolvimento económico do Zimbábue para reduzir a pobreza e melhorar os padrões de vida das pessoas de acordo com

ODM do Zimbábue e ancora todas as iniciativas de políticas durante esse período. Isso inclui orientar os atuais esforços de estabilização macroeconómica que visam reduzir a inflação, inicialmente para menos de 200% no final de 2004, níveis de dois dígitos em 2005 e inflação de um dígito depois. No entanto, em Março de 2006, a inflação havia subido novamente, desta vez para mais de 1.000%. O Zimbabué, portanto, não cumpriu a meta da SADC, embora possa ter sucesso na redução da inflação.

O défice orçamentário no Zimbábue como percentagem do PIB foi de 0,3% em 2003 e 35% em 2004. Surpreendentemente, o país é capaz de cumprir a meta de défice orçamental de 5%. Em termos de crescimento, o Zimbábue experimentou taxas de crescimento negativas desde 2000. Em 2003, a taxa de crescimento real foi de -8,5% antes de melhorar para -2,5%. Em 1990, a taxa de crescimento real do PIB foi de 7%, dando um crescimento real do PIB per capita de 3,7%.

A taxa de crescimento está obviamente muito longe da meta da SADC de 7%. O crescimento das exportações também foi negativo no período. A poupança nacional bruta foi de 5% em 2003 e -1,7% em 2004. Os investimentos nacionais brutos como percentagem do PIB também estão bastante fora da marca, entre 4% e 5% entre 2004 e 2005, em comparação com uma meta mínima de 30%.

No geral, o Zimbabwe não atingiu nenhuma das metas da SADC, excepto para o déficit orçamental. Olhando para a tendência também não é possível para o país cumprir essas metas para 2008.

## CONCLUSÃO

Quando se olha para o último quarto de século muitas iniciativas de integração foram levadas a cabo em todo o Mundo, mas cada uma teve a sua sorte. A maioria está em *corda bamba* e apenas uma tem pernas para andar.

Sem dúvida que as mais importantes tentativas de integração se efectuaram no espaço europeu onde se impuseram, tanto nas economias de mercado como entre os países de economia planificada. Destas experiências, a mais conseguida e duradoura foi a da Comunidade Económica Europeia, hoje União Europeia. No entanto, os movimentos de integração não se confinaram à Europa mas extravasaram para os outros continentes, embora aí as experiências tenham sido muitas vezes mal sucedidas e tenham tido objectivos distintos.

O aparecimento de experiências de integração e cooperação económica entre os países em vias de desenvolvimento da África, América Latina e Ásia surge como tentativa de impulsionar o desenvolvimento económico e social destes países e diminuir a sua dependência externa face aos países desenvolvidos.

Normalmente são apontados, como objectivos das experiências de integração nos países subdesenvolvidos, a melhoria do seu desenvolvimento económico com base na possibilidade de potenciar o crescimento dos diferentes sectores – a indústria, agricultura, comércio – aproveitando o enorme mercado formado pelos países participantes. Por outro lado, a integração deveria também garantir a estabilidade política e promover a democracia para além de garantir aos países-membros, actuando em bloco, um maior peso nas relações internacionais.

Por detrás da origem do conceito de integração, que pode ser visto como um processo e ou uma situação, são encontrados tanto motivações económicas como políticas. Apesar existirem motivos políticos, os económicos são tidos como fundamentais e sendo apontados como a principal fonte das integrações que até aqui tem ocorrido.

É nesta perspectiva que se insere a nossa sub-região. Na verdade, existe uma clara relação entre as raízes da SADC — *Southern African Development Community* — e a SADCC — *Southern African Development Coordinating Conference*. A SADCC formou-se em 1980, com fins políticos, e em 1992, dados os novos desafios regionais e globais, transforma-se em SADC,

com fins económicos, que está, portanto a buscar a redefinição dos seus objetivos e das estruturas herdadas da sua antecessora.

Hoje agarrada numa visão económica, com os seus alicerces já abertos, com pedras disponíveis para a construção deste edifício, conseqüentemente, vemo-nos confrontados com o desafio de conciliar a forma de gerir as nossas sociedades e valores internos de cada país membro, por um lado, e a necessidade de nos integrar, formando uma única família comunitária, por outro.

Até recentemente, a estratégia adoptada de integração regional baseava-se na premissa da existência de um censo comum entre todos os países da África Austral em termos de objetivos a seguir. Mas os últimos acontecimentos sugerem o contrário.

Hoje a SADC enfrenta vários desafios cruciais rumo ao propalado projecto de integração. Do conjunto, podemos retirar alguns destes desafios para sustentar o título deste artigo. Alguns destes desafios de hoje foram e são tidos como o factor catalisador e impulsionador do projecto, tanto na visão SADCC como na visão SADC.

Sem reflectir tanto, somos persuadidos a dizer que a aproximação geográfica, tida como o factor catalisador deste projecto, hoje é um desafio evidente. Outro desafio. O grande contraste entre os níveis de desenvolvimento económico existente entre os países a integrar. Por fim, a pobreza que assola o grosso da população da região. Este desafio, a meu ver, é o maior “pedregulho” que está no percurso deste sonho integrador.

Os visionários deste projecto vêem a proximidade geográfica como um ponto forte. Mas na verdade é um dos factores que trás consigo um conjunto de obstáculos nada fáceis de transpor. O factor vizinhança faz com que haja “vasos comunicantes” entre os problemas que afectam cada um dos países.

Enfrentando problemas drásticos, os países vizinhos da África do Sul, por exemplo, com economias em estado muitas vezes caótico, sobrecarregam a economia mais estável e desenvolvida da região, que é a África do Sul. O reflexo mais visível do aspecto geográfico é a imigração constante, em especial de mão-de-obra não-qualificada, para aquele país. A questão

revela-se ainda mais dramática se consideramos a gravidade do desemprego para os próprios sulafricanos, com índices em torno de 40%. Esta sobrecarga já deu sinal drástico visível.

A pobreza e o subdesenvolvimento nublam esta visão regional enquanto existir a disparidade económica que ocorre não apenas entre a África do Sul e os demais, mas também – embora em escala menor – entre os outros membros da região. Esta disparidade dá indicações claras que a situação é frágil.

A coisa não fica por aqui. O sonho muda de figura com a crise no vizinho Zimbabwe. Os problemas que o Zimbabwe enfrenta hoje estão na berlinda, sem horizonte e sem frutos esperados dentro dum curto espaço de tempo. A tendência do senso comum cataloga o caso como perdido, algo desgastado com todo o seu estado de coisas negativas para a região.

A xenofobia idem. Com o seu cordão umbilical preso ao problema da imigração. Este problema, embora Thabo Mbeki, ex-Presidente sul-africano, tenha qualificado os ataques contra estrangeiros nos subúrbios do seu país em Maio de 2008 “puras actividades criminosas” e não actos de xenofobia, este acto engrossa a lista de dificuldades que nublam a pretensão de se integrar à região. Independente da sua nomenclatura, este acto hediondo empurrou parte dos cidadãos desta região a estar de costas voltadas uns contra os outros.

Esta maré montante e vazante no caminho da integração força uma derrapagem brusca e, conseqüentemente, a uma paragem obrigatória. Se bem que sob muitos aspectos a integração é tida como a via encontrada para ultrapassar estes obstáculos.

É óbvio que a referida integração não progredirá enquanto prevalecer este cenário de desconfiança e a insegurança regional, que jogam em seu desfavor, contrastando com o optimismo e euforia que reinou nalguns círculos económicos e políticos aquando do esboço cronológico do projecto, que tem como meta o futuro ano de 2018, com a introdução da União Monetária.

Não há margem para dúvida que o desafio está lançado. Mas a questão é: como chegar a este ponto? Como fazer esta “longa marcha” num tempo *prenhe* de contradições? Onde reina a incerteza, a descrença e o cepticismo? Onde, pouco a pouco, a dúvida instala-se? Onde as coisas parecem estar nos “cuidados intensivos”?

São estas e outras inquietações que pairam no ar, mesmo havendo quem acredite existir uma grande fé no Homem e nas suas capacidades de levar este barco a bom porto.

Assim, pode-se arriscar a previsão de que sem um controlo rápido da situação parece-nos demasiado certo prever um fracasso, uma vez que o ambiente actual é uma clara ameaça cuja gravidade deve-se saber medir bem. Se vier a prolongar-se: perigo de morte. Será a derrocada. Porque será difícilimo integrar nestas condições.

Enfim. Nada mais nos resta a não ser conviver com esta realidade deplorável e tacanha que tem indignado o Mundo e faz correr muita tinta e onda de condenações e críticas. Enquanto persistir uma grande variedade de problemas que estão relacionados com a insegurança das pessoas, o desemprego, a pobreza, a criminalidade, a violência, o custo de vida, entre outros males não menores, a integração continuará a ter muita lama pelo meio.

Quando se olha para a xenofobia, por exemplo, sem penetrar fundo nas suas entranhas, a sensação com que se fica como consequência dela é o medo que ela gerou, principalmente em Moçambique, e não só. Esta derrapagem na trajectória deu indicações de que o futuro parece muito, muito assustador e de tirar o fôlego.

Ninguém dúvida que a integração não se fortalecerá enquanto persistirem problemas de violação gravíssimas dos Direitos Humanos. Se se prolongar um tão elevado grau de insegurança na circulação de pessoas. Se a miséria da população continuar nos actuais índices.

Parece necessário sublinhar que qualquer escolha implicaria, antes de mais, a escolha de um maior grau na partilha de rendimentos para tirar a região desta sua “má sorte”. Não é lá porque um movimento de rua escorraçou cerca de 40 mil estrangeiros que os problemas de um país estarão concluídos.

No entanto, é bem mais ingénuo pensar-se que a actual ondas de xenofobia, que assolou a vizinha África do Sul, e a crise zimbabweana, são passageiras. Até podem ser. Mas até quando? E as suas sequelas facilmente sararão? Não nos esqueçamos que estas sequelas são profundas e o desafio para nos reerguer deste “tombo” é extremamente grande. Este fracasso vai nos sair caríssimo.

Assim, segundo a cronologia da integração, tudo levava a crer que, até 2018, mesmo com estes todos “pedregulhos” os objectivos preconizados seriam integralmente almejados. A região precisa de adoptar medidas correctivas, não há margem para dúvida.

Se até 2018 o objectivo preconizado não foi atingido, ainda pairam dúvidas sobre a forma de se alcançar a mais elevada integração económica, onde se espera abolir, não só as restrições ao livre movimento de mercadorias, mas também as restrições aos movimentos dos factores produtivos, trabalho, empresa e capital. Neste início do processo as coisas indicam que as condições ainda não estão criadas para favorecer esta pretensão.

Seja, será que ainda serão criadas as condições objectivas e apropriadas para se atingir este avanço que exige a adopção de um conjunto de medidas que permitem a criação do grande mercado interno unificado que visa possibilitar a livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais? Ora, isso exige a supressão de numerosas barreiras e entraves para se conseguir harmonizar as vontades dos diversos Estados-membros. Mas enquanto prevalecem interesses irreconciliáveis, vai ser extremamente difícil atingirem-se o ambicioso patamar.

Ademais. Se conclui, contudo, que de resto, a integração exige a remoção de muitos obstáculos. Ora, enquanto continuar a aprofundarem-se as desigualdades, e, sobretudo enquanto subsistir o conflito social que aumenta tão grandes misérias que nos envergonham a todos – ou que deveriam envergonhar, o futuro não será nada promissor.

Em suma, se a integração tem como principal condão a consolidação de uma SADC economicamente forte e politicamente unida, a xenofobia que despoletou na cidade de Alexandra, região metropolitana de Johannesburgo, em 11 de Maio de 2008, cobrindo sete das nove províncias que compõem aquele país vizinho, é notável observar como a actual crise está ancorada solidamente por trás de aspectos sociais, nas necessidades do “pé descalço”.

A crise resulta da desintegração sentida pelas pessoas. Se prevalecer o aumento da insegurança entre grupos de pessoas em muitas zonas-chave de cada país, aonde o progresso não chega aos que mais precisariam dele, nosso sonho regional será posto em causa. E é preciso sublinhar que, mesmo que os problemas não se colocam, nem com a mesma acuidade, nem com a mesma plenitude em todas as situações, temos que acreditar que o passado dos nossos vizinhos

lhes persegue e perseguirá por muito mais tempo e nós, os seus correligionários, seremos afectados por tabela.

Se andarmos para trás, numa aproximação teórica entre a xenofobia e o *apartheid* notam-se pontos coincidentes. O que está em pauta é, evidentemente, o preconceito, no seu mais elementar significado.

Glosando o saudoso Nelson Mandela em 1994, no seu discurso de tomada de posse como primeiro presidente dum África do Sul não racial, que a herança do *apartheid* e as desigualdades socioeconómicas que ela promoveu e sustentou, podem vir a prejudicar a África do Sul por muitos anos no futuro. O prejuízo está evidente e incalculável.

O mínimo que se pode dizer hoje, é que um passado mal resolvido pode afectar o presente e o futuro. A realidade zimbabweana confirma esta tese. A história demonstra que, se não houver empenho profundo, as ideias não morrem pelo simples decurso do tempo e que, em conformidade com o espírito de uma época, podem retornar sob outros slogans. Para ultrapassar esta crise temos que ser “bons vizinhos” e, ao mesmo tempo, sermos uma “família”.

O que é que fazem os bons vizinhos? Para começar, não destroem as vedações um do outro nem obstruem a entrada da casa do vizinho com o automóvel. Além disso, tentam resolver qualquer eventuais problemas de forma amigável atendendo as necessidades de cada um, simultaneamente a sua privacidade. Ao contrário dos vizinhos, que têm de encontrar uma forma de gerir os condicionalismos decorrentes de viverem juntos, a família é unida pela vontade de partilhar as vidas de cada um, com base em valores e pontos de vista comuns.

Obviamente, as famílias necessitam de regras de convivência, uma vez que viver na mesma “casa” pode ser algo muito intenso e difícil. Os membros de uma família têm que fazer um esforço consciente para procurar encontrar um consenso e reforçar o que tem em comum. Partilham a vontade de pôr em comum a sua soberania.

Em diferentes graus, somos todos responsáveis para levar ao sucesso ou ao fracasso deste projecto regional. Assim, devemos denunciar o egoísmo e a indiferença que ainda reina nuns e noutros, porque se assim não acontecer, sou persuadido a dizer que a derrapagem será mais feia ainda nos próximos tempos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Ahmed, A. K. (2008) An analysis of the regional integration in Southern Africa: A South African perspective.
2. **Alemayehu and Haile**, (2007), *Regional Economic Integration in Africa: A Review of Problems and Prospects with a Case Study of COMESA*. University of London & University of Oxford
3. **All Africa** (2010), *Southern Africa: Leaders of SADC postpone launch of Customs Union*. 18. Disponível em <http://allafrica.com/stories/201008180923.html> (acedido aos 6 de Setembro de 2020).
4. **Chingono M. e Nakana S.** (2008) *The challenges of regional integration in Southern Africa*. African Journal of Political Science and International Relations 396-408.
5. **Cilliers, J.** (1999), *Building Security in Southern Africa: An Update on the Evolving Architecture*. ISS Monograph Series , n. 43, nov.
6. **Draper P. e Kalaba M.** (2006), *South African international trade diplomacy: Implications for regional integration*.
7. **Gil, A. C.** (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª Edição, Atlas: São Paulo.
8. **Haffner, J. A. H. e Mampava, I. M. C.** (2010), *Integração Económica De Moçambique com a Zona de Livre Comércio da Comunidade para o Desenvolvimento da África (SADC – Southern African Development Community)*. Revista Conjuntura Austral | ISSN: 2178-8839 | Vol. 1, nº. 2
9. **Hancock K. J.** (2010), *What role for the EU in the Southern African Customs Union (SACU): Advocate, cajoler, or bully?* A paper prepared for the Conference on the Diffusion of Regional Integration, Kellogg-Forschergruppe, Transformative Power of Europe, Berlin (10 – 11 2010 December)
10. **Hartzenberg T,** (2011), *Regional integration in Africa*. Trade Law Centre for Southern Africa, Staff working paper ERSD 14.
11. **Jackobeit C.** (2008) *Overlapping membership in COMESA, EAC, SACU and SADC: Trade policy options for the region and the EPA negotiations*. Disponível em [http://www.acp-eu-trade.org/library/files/Jakobeit-Hartzenberg-Charalambides\\_05\\_Overlapping-membership.pdf](http://www.acp-eu-trade.org/library/files/Jakobeit-Hartzenberg-Charalambides_05_Overlapping-membership.pdf) (acedido aos 6 de Setembro de 2020).

12. **Jamine, E. B.** (2009), *A Integração Regional na África Austral: Obstáculos e Oportunidades (1980-2008)*. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo.
13. **Kalenga J.** (2012), *Regional Integration in SADC: Retreating or forging ahead?* Trade Law Centre (TRALAC): South Africa.
14. **Keane et al.,** (2010), *Impediments to Intra-Regional Trade in Sub-Saharan Africa*. Overseas Development Institute, London
15. **Ko. C.** (2013), *Africa: Regional Integration Is a Must for Africa*, World Economic Forum, Geneva. Disponível em <http://allafrica.com/stories/201305101741.html> (acedido aos 7 de Setembro de 2020)
16. **Kritzinger, (s/d)**, *Regional Integration: Concepts, Advantages, Disadvantages and Lessons of Experience.* Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/EXTAFRREGINICOO/Resources/Kritzinger.pdf>
17. **Lakatos, E. M. e Marconi, M. de A.** (1992). *Metodologia científica*, 2ª edição:, Atlas: São Paulo.
18. **Lakatos, E. M. e Marconi, M. de A.** (2009). *Metodologia de trabalho científico*. 7ª Edição. Atlas: São Paulo.
19. **Lebale. N. et al.** (2009), *Economic Development in Africa Report: Strengthening Regional Economic Integration for Africa's Development*. UNCTAD: Geneva
20. **Madyo. M. R.** (2008), *The Importance of Regional Integration in Africa*, University of South Africa
21. **Mambara, A.** (2007), *Assessment of benefits of regional integration in SADC and COMESA-a gender analysis*, Trade and Development Studies Centre. Trades Centre: Harare, Zimbabwe.
22. **Mengesha.Y. N.** (2009), *Trade Effects of Regional Economic Integration in Africa: The Case of SADC*. Debre Birhan University: Ethiopia
23. **Meyns P.** (1997), *From co-ordination to integration: institutional aspects of the development of the SADC*. Metropolis-Verlag: Marburg.
24. **Murapa, R.** (2002), *A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)*:

- Rumo à Integração Política e Económica*. Revista Impulso , n. 31, p. 155-164.
25. **Mutai, H.** (2003), *Memberships in multiple regional trading agreements: Legal implications for the conduct of trade negotiations*. Tralac. Disponível em [www.tralac.org/scripts/contnent.php?=-1914](http://www.tralac.org/scripts/contnent.php?=-1914) (acedido aos 3 de Setembro de 2020).
  26. **Nicols, M.** *A Derrapagem duma Integração*, Suplemento Economico, in Jornal Noticias, 2008.
  27. **Nyirabu M.** (2004), *Appraising regional integration in Southern Africa*. African Security Review 21.
  28. **Penna F. P.** (2000), *Integração Económica no continente Africano: Ecowas e SADC*. Revista Cena Internacional: Universidade de Brasília: Brasília.
  29. **Peters-Berries. C.** (2010), *Regional Integration in Southern Africa – A Guidebook, Capacity Building International*. Germany
  30. **Schiff and Winters** (2003), *Regional Integration and Development*. World Bank: Washington D.C.
  31. **Schütz, N. S. X.** (2014), *Integração na África Austral: A Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) e os Condicionantes Históricos e Políticos da Integração*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre.
  32. **Silva, E. L. e Menezes E. M.** (2001). *Metodologia de pesquisa e dissertação*; 3ª edição, Editora UFSC: Florianópolis.
  33. **Tanyanyiwa, V. I.** (2014), *Challenges and Opportunities for Regional Integration in Africa: The Case of SADC*. Zimbabwe Open University
  34. **Thomas, J. R. e Nelson, J. K.** (1996), *Research methods in physical activity*. 3ª Edição. Human Kinetics: Champaign.
  35. **UNECA** (2004), *Assessing Regional Integration in Africa I*, Communications Development Incorporated: Washington D. C.
  36. **United Nations Economic Commission for Africa (UNECA)** (2010), *Assessing Regional Integration*. Addis Ababa, Ethiopia
  37. **Van der Merwe C** (2010), “Zuma urges SACU to tackle EPA negotiations as united front” Engineering News Online 23 April. Available at

<http://www.engineeringnews.co.za/article/zuma-urges-sacu-to-tackle-epa-negotiationsas-united-front-2010-04-22>.

38. **Vickers B.** (2011), *Between a Rock and a hard place: Small states in the EU-SADC EPA negotiations*’ The Round Table: The Commonwealth Journal of International Affairs 189.
39. **Viner J** (1955), *International Trade Theory and its Present Day Relevance*’ Economics and Public Policy.
40. **William et al.**, (1997), *Regional Integration in Sub Saharan Africa: A review of Experiences and Issue, Regional Integration and Trade Liberalization in Sub Saharan Africa* vol. AERC publication.
41. **World Economic Forum, World Bank, and African Development Bank** (2011), *The Africa Competitiveness Report 2011*.